São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Quarta-feira, 25 de Maio de 2022 | Edição N º 558

datamercantil.com.br

Crise de energia é inédita, e preços devem subir mais, diz chefe de agência global

O mundo está mergulhando em uma inédita crise de energia, não apenas de petróleo, e os preços devem continuar subindo, alertou o diretor-executivo da Agência Nacional de Energia, Fatih Birol. Ainda assim, ele considera que eventuais políticas de controle ou subsídio de combustível devem focar em auxiliar as camadas mais pobres apenas.

"Muitos países têm falado em segurar o preço do combustível na Europa, na Ásia, em todo lugar. Para mim, medidas assim, para proteger a população, não deveriam ser universais, mas focada nos mais pobres" afirmou Birol ao ser indagado por jornalistas em Davos a respeito do debate envolvendo o controle de preços no Brasil, que culminou em sucessivas trocas no comando da Petrobras.

"Eu acho que os mercados funcionam melhor sem intervenção. Pode haver uma razão, de tempo em tempo, para os governos oferecerem alguma condução estratégica aos mercados, mas os governos precisam decidir quando intervir e quando não pesar a mão."

Birol, chefe da principal entidade multilateral para o tema, participa do encontro anual do Fórum Econômico Mundial em Davos (Suíça) e conversou com outros dois veículos brasileiros a respeito das atuais crises.

Ele não quis comentar diretamente a mudança de direção na Petrobras, limitando-se a dizer que a empresa "tem sido muito bem-sucedida historicamente, e conseguiu transformar o Brasil de importador a exportador de petróleo, ainda que enfrente volatilidade".

Para o economista turco, no cargo desde 2015, o mundo está no meio de sua primeira crise de energia global.

"No passado, tivemos crises do petróleo, nos anos 1970, mas era só petróleo. Agora temos uma crise do petróleo, do gás natural e do carvão. É uma crise maior", apontou, citando a Guerra da Ucrânia.

"A Rússia, há poucas semanas, era a maior exportadora de petróleo do mundo e a maior de gás natural, além de ser um ator importante no mercado de carvão. Com a queda do fornecimento russo, há um grande aumento de preços."

Nesse cenário, os preços do produto devem continuar a subir e pressionar a inflação. "Exceto no caso de alguma surpresa como algum país do Oriente Médio elevar a produção, devemos ainda ter alta de preços e volatilidade no mercado por algum tempo", afirmou, apontando que no verão setentrional (a partir do fim de junho) a demanda deve aumentar com o período de férias e viagens no Hemisfério Norte.

Luciano Coelho/Folhapress

Economia

Greve do INSS chega ao fim após dois meses de paralisação

Página - 03

Prévia da inflação oficial fica em 0,59% em maio, diz IBGE

Página - 03

Neutralizar o carbono do Ibovespa custa R$ 141 bi. Quem ganharia com isso?

Pág - 05

ONU fala em 'catástrofe' após indicadores climáticos baterem recordes

Pág - 05

Política

Moro vira réu em ação do PT que pede condenação por prejuízos ao país

Página - 04

Lula diz esperar que Moro tenha o direito de defesa que ele não teve na Lava Jato

Página - 04

No Mundo

Rússia e China usam bombardeiros para dar recado militar a Biden

A China e a Rússia deram um recado militar ostensivo aos Estados Unidos, enquanto o presidente Joe Biden se reunia no Japão com aliados contrários a Pequim na região do Indo-Pacífico.

Ao menos dois Tu-95 russos e dois H-6K chineses, ambos bombardeiros com capacidade de emprego nuclear, foram escoltados por dois caças Su-30SM russos em um voo de 13 horas sobre o mar do Japão, passando pela Zona de Identificação de Defesa Aérea de outro aliado americano, a Coreia do Sul, que foi visitada por Biden no fim de semana.

A zona não é o espaço aéreo, mas sim uma área em que aviões se identificam para evitar mal-entendidos de intenções. O grupo seguiu de lá para perto das fronteiras japonesas. Tanto Seul quanto Tóquio enviaram caças F-2 e F-15, respectivamente, para acompanhar o movimento. Não houve incidentes, mas o ministro da Defesa japonês, Nobuo Kishi, considerou o episódio "grave".

Foi a primeira patrulha conjunta de Moscou e Pequim desde que Vladimir Putin invadiu a Ucrânia, em 24 de fevereiro, e um sinal eloquente de que os dois países mantêm sua parceria militar apesar das críticas ocidentais ao Kremlin. Pequim pede negociações de paz, mas não critica o aliado.

Na véspera, Biden havia novamente feito associação entre a crise ucraniana e a situação de Taiwan, ilha rebelde que Pequim clama para si. O americano voltou a dizer que defenderia militarmente Taipé em caso de invasão chinesa, gerando ruídos em seu governo, já que os EUA oficialmente mantém uma política ambígua de reconhecimento da demanda da China.

Igor Gielow/Folhapress

Província na China impõe teste de Covid para 99 milhões de pessoas a cada 48 horas

A província de Henan, uma das mais populosas da China, vai impor a seus 99 milhões de habitantes a obrigatoriedade de realizar um teste de Covid a cada 48 horas. A medida será colocada em vigor depois de a região registrar um aumento no número de contágios pelo coronavírus.

Com os testes em larga escala as autoridades locais esperam aprimorar a detecção de casos positivos e poder determinar o mais rapidamente possível o isolamento de quem apresentar uma infecção. A ideia é conseguir evitar o cenário visto em Xangai nas últimas semanas, em que restrições rígidas forçaram a quarentena de milhões de pessoas, levando a perturbações sociais e na economia.

O centro comercial de 25 milhões de habitantes planeja a reabertura total para o próximo dia 1º e nos últimos dias a administração municipal vinha lentamente permitindo que mais pessoas deixassem suas casas, novos testes e restrições pontuais foram implantadas. Enquanto isso, Pequim estendeu a exigência de trabalho remoto para a maioria dos 22 milhões de habitantes.

Folhapress

Número de ataques provocados por atiradores nos EUA dobra em três anos

Relatório divulgado pelo FBI, a polícia federal americana, mostra que o número de incidentes provocados por atiradores dobrou nos Estados Unidos nos últimos três anos.

O documento registra que, em 2018, foram contabilizadas 30 ações perpetradas por um ou mais indivíduos com a intenção de matar em áreas populosas. Em 2021, esse número chegou a 61.

A velocidade de crescimento dos episódios também subiu. Em 2019, a cifra se manteve estável em relação ao ano anterior, em 30 casos –em 2017, foram 31–, mas subiu para 40 em 2020, aumento de 33%. Na sequência, houve um salto de 52,5% nos registros em 2021, de acordo com o relatório do FBI.

Além do número geral, outros dados indicam piora. Em 2020, os 40 incidentes ocorreram em 19 estados americanos. Já as 61 ações de 2021 se espalharam em 30 regiões dos EUA. A cifra de mortos e feridos também cresceu: de 38 mortes e 126 ferimentos há dois anos para 103 e 140 no ano passado.

Para enquadrar os episódios presentes no relatório como incidentes provocados por atiradores, o FBI só considerou os casos nos quais os tiroteios ocorreram em locais públicos e em mais de um lugar. Os episódios, que resultaram em mortes em massa, também não poderiam ter conexão com outros crimes.

Outros aspectos levados em conta foram a aparente motivação espontânea do agressor, a metodologia para escolher as vítimas e se os alvos eram pessoas. Assim, foram excluídos os casos de autodefesa, os ligados a violência gerada por gangues ou disputa por drogas ou os oriundos de problemas domésticos.

Segundo o levantamento, o incidente de 2021 com o maior número de vítimas aconteceu em um centro de operações da empresa de entregas FedEx na cidade de Indianápolis, no estado de Indiana, onde sete pessoas ficaram feridas e oito foram mortas.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Greve do INSS chega ao fim após dois meses de paralisação

Os servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) encerraram a greve que durou quase dois meses e aceitaram retornar ao atendimento nas unidades. Segundo o SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo), os profissionais retornaram ao trabalho.

A categoria aceitou um reajuste de 5% que será concedido a todos os servidores federais, ante um reajuste de 19,99%, após 61 dias de paralisação. No entanto, o reajuste ainda não foi definido pelo governo federal.

O acordo para encerramento da greve foi assinado no Ministério do Trabalho e Previdência na presença do ministro José Carlos Oliveira, do presidente do INSS, Guilherme Serrano, da diretora substituta de Gestão de Pessoas do INSS, Eva Lorena Ferreira, e representantes da categoria.

Embora o INSS não informe a fila atual de pessoas à espera de reposta do órgão, ao todo, mais de 1 milhão de segurados aguardavam na fila por uma perícia médica, de acordo com informações do Ministério do Trabalho e Previdência.

No documento, os servidores se comprometeram a repor os dias não trabalhados para agilizar a análise de processos e a concessão de benefícios. A compensação será feita conforme plano de trabalho que ainda será elaborado. Segundo o acordo, a compensação poderá ser feita até o dia 30 de junho de 2023.

Além das demandas relacionadas à valorização da carreira, o acordo prevê a constituição de um comitê permanente para melhorias do programa de gestão e dos processos de trabalho dos serviços previdenciários (serviço social e reabilitação profissional), com participação paritária de representantes da carreira e o INSS, com poder deliberativo para apresentação das propostas à Presidência da Autarquia.

"Com a assinatura de mais este acordo retomamos nossa capacidade de atendimento à população. Todos os serviços do INSS e da Perícia Médica estão sendo retomados e, em breve, vamos encurtar essa espera dos segurados por um benefício", disse em comunicado o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira.

Felipe Nunes/Folhapress

Prévia da inflação oficial fica em 0,59% em maio, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, registrou taxa de 0,59% em maio deste ano. A taxa é inferior ao 1,73% de abril, mas superior ao 0,44% de maio de 2021. As informações são da Agência Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa é a maior variação do IPCA-15 para um mês de maio desde 2016 (0,86%). Com o resultado o IPCA-15 acumula taxas de inflação de 4,93% no ano e de 12,20% em 12 meses.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em maio, com destaque para transportes, com inflação de 1,80%. Entre os itens que puxaram a alta de preços do segmento estão passagens aéreas (18,40%), combustíveis (2,05%) seguro de veículo (3,48%), táxi (5,94%), metrô (2,17%) e ônibus urbano (0,17%).

O segundo principal impacto para o IPCA-15 veio dos alimentos e bebidas, que apresentaram variação de 1,52% na prévia de maio, com destaque para itens como leite longa vida (7,99%), batata-inglesa (16,78%), cebola (14,87%) e pão francês (3,84%), além das refeições fora do domicílio (1,02%).

Saúde e cuidados pessoais tiveram a maior taxa na prévia do mês (2,19%), devido principalmente à alta de preços dos produtos farmacêuticos (5,24%).

Folhapress

Ciro Nogueira diz que novo presidente da Petrobras tem autonomia para fazer mudanças

O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, disse que o novo presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, tem autonomia para fazer mudanças que julgar necessárias em diretorias da estatal.

Em entrevista ao SBT, ele disse ainda que a troca já era esperada, para que a Petrobras tenha uma política alinhada ao Ministério de Minas e Energia, que diz viver "novo momento".

"É uma decisão do novo presidente [trocar diretorias]. Não é decisão minha. Mas acho que ele tem autonomia para fazer modificações que sejam necessárias", disse Nogueira.

Integrantes do governo, reservadamente, já consideram óbvio que haverá troca em diretorias da estatal.

O governo anunciou, a saída de José Mauro Coelho, menos de 40 dias após sua posse. Se assumir o cargo, Andrade, hoje secretário do Ministério da Economia, será o quarto presidente da estatal desde que Bolsonaro chegou ao Palácio do Planalto.

A troca desagradou representantes do setor e integrantes do governo. Ala política, da qual Ciro Nogueira faz parte, tentava manter José Mauro no cargo, por considerar que uma nova troca traria ainda mais desgaste ao governo.

Na semana passada, Bolsonaro demitiu o ministro Bento Albuquerque e nomeou Adolfo Sachsida para Minas e Energia. Tanto ele, quanto Andrade são nomes da confiança de Guedes. O ministro saiu ainda mais forte da queda de braço em torno da Petrobras.

Nogueira nega que a troca na Petrobras represente intervenção de Bolsonaro, que escolheu a estatal como alvo de suas críticas neste ano diante do aumento no preço dos combustíveis. O próprio ministro disse na entrevista ao SBT que este "é o fator que mais angustia o presidente".

Questionado sobre qual seu posicionamento a respeito de uma política de subsídios ou de fundo de amortização para reduzir o preço dos combustíveis, o ministro da Casa Civil evitou se posicionar e disse que Guedes acredita não ser viável.

Marianna Holanda/Folhapress

Política

Moro vira réu em ação do PT que pede condenação por prejuízos ao país

O ex-juiz Sergio Moro virou réu em uma ação popular em que deputados federais do PT pedem que ele seja condenado a ressarcir os cofres públicos por alegados prejuízos causados à Petrobras e à economia brasileira por sua atuação à frente da Operação Lava Jato.

A ação judicial foi apresentada no dia 27 e enviada à 2ª Vara Federal Cível de Brasília. Os petistas não estipularam o valor da indenização a ser pago em caso de condenação.

O juiz federal Charles Renaud Frazão de Morais recebeu a inicial, o que significa que dará curso à ação. E determinou: "Cite-se o réu".

O Ministério Público Federal será intimado para ter "ciência da demanda".

Na ação, assinada pelos advogados Marco Aurélio de Carvalho, Fabiano Silva dos Santos e Marco Antônio Riechel Mann Jr., do o grupo Prerrogativas, os parlamentares afirmam que "o ex-juiz Sergio Moro manipulou a maior empresa brasileira, a Petrobras, como mero instrumento útil ao acobertamento dos seus interesses pessoais".

"O distúrbio na Petrobras afetou toda a cadeia produtiva e mercantil brasileira, principalmente o setor de óleo e gás."

A iniciativa da ação é dos deputados petistas Rui Falcão (SP), Erika Kokay (DF), Natália Bonavides (RN), José Guimarães (CE) e Paulo Pimenta (RS).

Moro diz, em nota enviada à coluna, que "a ação popular proposta por membros do PT contra mim é risível. Assim que citado, me defenderei. A decisão do juiz de citar-me não envolve qualquer juízo de valor sobre a ação. Todo mundo sabe que o que prejudica a economia é a corrupção e não o combate a ela. A inversão de valores é completa. Em 2022, o PT quer, como disse Geraldo Alckmin, não só voltar à cena do crime, mas também culpar aqueles que se opuseram aos esquemas de corrupção da era petista.

No dia em que a ação foi apresentada, o ex-juiz já tinha afirmado que ela era "um prenúncio da perseguição que irão realizar caso ganhem as eleições, instaurando um regime autoritário e corrupto."

Em vídeo nas redes, ele também criticou a ação dos deputados. "Tem horas que você não sabe se o PT é um partido político ou um grupo de comediantes", diz.

Mônica Bergamo/Folhapress

Lula diz esperar que Moro tenha o direito de defesa que ele não teve na Lava Jato

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse esperar que o ex-juiz Sergio Moro tenha o direito de defesa que ele não teve em referência ao caso em que se tornou réu pela Justiça a pedido de deputados do PT.

"Só espero que ele tenha o direito de defesa e a presunção de inocência que eu não tive com ele", disse o petista sobre as ações em que foi condenado e preso pela Operação Lava Jato.

Lula disse ainda esperar que Moro possa ter um tratamento honesto por parte da imprensa, e não com a cobertura parcial que disse ter tido quando investigado e condenado nos casos do tríplex e do sítio.

"Espero que ele tenha um julgamento digno, decente e respeitoso. Mas acho que Moro cometeu um crime contra esse país."

Moro virou réu em uma ação popular em que deputados federais do PT pedem que ele seja condenado a ressarcir os cofres públicos por alegados prejuízos causados à Petrobras e à economia brasileira por sua atuação à frente da Operação Lava Jato.

A ação judicial foi apresentada no dia 27 e enviada à 2ª Vara Federal Cível de Brasília. Os petistas não estipularam o valor da indenização a ser pago em caso de condenação.

O juiz federal Charles Renaud Frazão de Morais recebeu a inicial, o que significa que dará curso à ação. E determinou: "Cite-se o réu".

O Ministério Público Federal será intimado para ter "ciência da demanda". Folhapress

Pacheco silencia, e senadores resistem a projeto que censura pesquisas eleitorais

A redação do novo Código Eleitoral, que entre outros pontos censura pesquisas nas vésperas dos pleitos e fragiliza normas de transparência, enfrenta resistência no Senado, onde deve ser analisada nas próximas semanas.

As alterações nas regras que regem as eleições foram aprovadas a toque de caixa pela Câmara dos Deputados em setembro do ano passado, mesmo sendo um texto com 898 artigos.

Um dos dispositivos determina que a divulgação de levantamentos eleitorais pode ocorrer apenas até a antevéspera do pleito –atualmente, elas podem ser publicadas até mesmo no dia da votação.

Outro item prevê que os institutos deverão informar um percentual de acertos das pesquisas realizadas pela entidade ou empresa nas últimas cinco eleições.

As medidas enfrentam críticas entre especialistas, que apontam censura na proibição da divulgação.

Além disso, os próprios institutos também rebatem a exigência de acertos, uma vez que as pesquisas são uma radiografia do momento e não uma forma de prever os resultados com exatidão.

A única pesquisa que poderia ser comparada com o resultado da eleição é a chamada boca de urna, feita depois da votação. Essa, porém, já abandonada por diferentes institutos, não seria uma pesquisa de intenção de voto, mas sobre a concretização do que foi digitado na urna.

Outro fator importante que pesa contrário a esse ponto do projeto (informar percentual de acertos) é que as últimas eleições têm sido definidas em cima da hora, ou seja, com o eleitor muitas vezes deixando para definir o seu voto somente no dia da eleição.

Procurado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se recusou a comentar o trecho do projeto que permite censura à divulgação de pesquisas. O senador afirmou apenas que realizou os processos necessários para a tramitação da proposta dentro da Casa legislativa.

Danielle Brandt e Renato Machado/Folhapress

Neutralizar o carbono do Ibovespa custa R$ 141 bi. Quem ganharia com isso?

Chegar ao net zero, ou carbono zero, é um sonho de um número cada vez maior de empresas. Boa parte dessa demanda vem dos grandes investidores, que, preocupados com o futuro dos seus investimentos no longo prazo, buscam respostas das companhias para a emergência climática. Afinal, as mudanças climáticas podem inviabilizar uma série de negócios.

A polêmica em torno desse movimento do ESG não foge muito à regra do que sempre acontece em mudanças estruturais nos mercados: ok, mas quanto custa e quem vai pagar a conta? Não é que o dinheiro vem primeiro, é que fazer a transição para a economia de baixo carbono não sai de graça e os recursos precisam vir de algum lugar.

Nesse espírito de "não pergunte o que o capitalismo pode fazer pela empresa, mas o que a empresa pode fazer para o capitalismo", o Santander divulgou, um relatório sobre o quanto custaria para que as empresas do Ibovespa neutralizem suas emissões. O estudo também aponta quanto do resultado operacional das companhias seria perdido caso elas tivessem de resolver o problema hoje. Como tudo no mercado financeiro, há vencedores e perdedores.

Quanto custa para zerar as emissões das empresas do Ibovespa

Considerando um preço para o carbono entre 5 e 20 dólares, para neutralizar as emissões de escopo 1 e 2, as empresas do Ibovespa gastariam entre 3,6 bilhões e 14,6 bilhões de reais. Pouco, mas a conta aperta quando se inclui o escopo 3. Nesse caso, o valor sobe para um intervalo entre 35 bilhões e 141 bilhões de reais.

Os valores de escopo 3 significam que as empresas precisariam investir entre 5,4% e 21,8% dos seus resultados operacionais na compra de créditos de carbono. Esse porcentual, no entanto, varia muito de empresa para empresa, sendo que Vibra, Azul, Cosan, Vale e CSN seriam as mais afetadas relativamente. Em termos absolutos, Petrobras e Vale teriam de arcar com 75% dos gastos com créditos de carbono de todo o Ibovespa.

BizNews

ONU fala em 'catástrofe' após indicadores climáticos baterem recordes

Quatro indicadores fundamentais da mudança climática bateram recordes em 2021, informou a ONU, com a advertência de que o sistema energético mundial conduz a humanidade para uma catástrofe.

As concentrações de gases do efeito estufa, o aumento do nível do mar, o conteúdo de calor dos oceanos e a acidificação dos oceanos "registraram valores sem precedentes" no ano passado, afirmou a Organização Meteorológica Mundial (OMM) no relatório "Estado do clima mundial em 2021".

O documento é uma "confirmação sombria do fracasso da humanidade para afrontar os transtornos climáticos", afirmou o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres.

Guterres advertiu que o mundo se aproxima cada vez mais de uma "catástrofe climática" devido a um "sistema energético mundial" que está quebrado. Ele pediu a adoção de medidas urgentes para uma transição para energias renováveis, que é "fácil de alcançar" e permita o afastamento do "beco sem saída" que os combustíveis fósseis representam.

A OMM declarou que a atividade humana provocou mudanças em escala planetária: na terra, no oceano e na atmosfera, com ramificações nefastas e duradouras para os ecossistemas.

BizNews

Energia solar global dobra em três anos e chega a 1 terawatt

Um estudo lançado na Alemanha aponta que a energia solar no mundo segue crescendo e acompanhando um transformação energética mais sustentável. A fonte solar acaba de ultrapassar a marca de 1 terawatt (TW) de potência instalada. Para se ter ideia, a capacidade instalada da Usina de Itaipu é de 14 gigawatts (GW).

Segundo o "Global Market Outlook for Solar Power 2022-2026", principal relatório de mercado do setor solar fotovoltaico mundial, o Brasil, mercado líder em energia solar na América Latina, deve se tornar um dos principais mercados globais nos próximos anos, podendo atingir 54 gigawatts (GW) de capacidade solar total até 2026.

Apresentado durante a Intersolar Europe, maior feira e conferência do setor solar na Europa, o estudo, coordenado pela SolarPower Europe, associação europeia do setor solar, contou com a participação e co-autoria da Associação Brasileira de Energia Solar fotovoltaica (ABSOLAR).

A ABSOLAR foi responsável por dois capítulos do documento: um que apresenta o panorama e perspectivas da energia solar na América Latina, destaque principal desta edição, e outro especificamente dedicado ao mercado solar no Brasil.

O relatório anual aponta que, apesar dos impactos sem precedentes causados pela pandemia da covid-19, a capacidade instalada solar dobrou no mundo nos últimos três anos. Com isso, em abril de 2022 o setor ultrapassou a marca de 1 TW de sistemas solares em operação no mundo.

A projeção é de que a fonte solar fotovoltaica continuará acelerando seu crescimento, ultrapassando a marca de 2 TW em menos de quatro anos, o que representará o dobro da capacidade de geração de eletricidade da França e da Alemanha somadas.

"Em 2021, o Brasil foi um dos mercados líderes do mundo na instalação de novos sistemas solares, tendo adicionado 5,7 GW ao longo do ano, considerando a somatória das grandes usinas fotovoltaicas com os sistemas de geração própria de energia solar em telhados, fachadas e pequenos terrenos", diz Rodrigo Sauaia, presidente executivo da ABSOLAR.

BizNews

Bitcoin

Coinbase (COIN) se torna a primeira empresa cripto a entrar para a lista Fortune 500

A corretora Coinbase (COIN) tornou-se a primeira empresa do ramo das criptomoedas a entrar para Fortune 500 — uma lista anual das maiores empresas dos Estados Unidos em receita — ficando na 437ª colocação.

A novidade acontece mesmo depois de a Coinbase enfrentar dificuldades pelas condições de queda do mercado cripto, pois a inserção da companhia no Fortune 500 neste ano acontece com base nas receitas de 2021.

O valor mínimo de receita da Fortune 500 de 2022 foi de US$ 6,4 bilhões, 19% acima do limite mínimo do ano passado, anunciou a Fortune Media na última segunda-feira (23). A receita da Coinbase em 2021 foi de US$ 7,8 bilhões, segundo a Fortune.

Coinbase enfrenta dias de luta:

Apesar da receita do ano passado, a Coinbase enfrenta mais dias de luta que de glória em 2022.

A receita líquida da corretora de criptomoedas foi de US$ 1,16 bilhão no primeiro trimestre, além de uma perda líquida de US$ 430 milhões nesse período. Em comparação, a receita líquida da Coinbase no quarto trimestre de 2021 foi de US$ 2,49 bilhões.

À medida que a cotação das criptomoedas caía nos últimos seis meses, os volumes negociados nas corretoras também era afetado.

Recentemente, Mizuho Securities reduziu as estimativas para a receita anual da Coinbase, de US$ 6,7 bilhões para US$ 5,6 bilhões, devido a um "inverno cripto", segundo um relatório da Barron's.

Nesta queda do mercado cripto, as ações da Coinbase estão sendo negociadas a US$ 66, próximas de mínimas históricas. No início deste mês, o preço das ações chegou a atingir a marca dos US$ 40, um valor 88% abaixo de seu inicial, que foi acima de US$ 328.

A presidente e diretora de operações da Coinbase, Emilie Choi, disse recentemente que a empresa irá reduzir as contratações, em resposta às condições de mercado turbulentas.

MoneyTimes

Criptomoedas: Quase 50% dos investidores tiveram ganho acima de US$ 100 mil, diz Fed

Quase metade dos investidores americanos em criptomoedas teve altos ganhos em 2021, aponta um relatório do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos).

Segundo o relatório Economic Well-Being of US Households ("Bem-Estar Econômico das Famílias Americanas", em tradução livre) de 2021, 46% dos adultos americanos que usaram criptomoedas somente como investimento tiveram ganho anual de US$ 100 mil ou mais, enquanto 29% dos investidores tiveram ganho anual de US$ 50 mil ou menos.

O relatório aponta ainda que somente 11% dos adultos nos Estados Unidos têm criptomoedas como investimento, enquanto 2% usaram essas moedas para adquirir algum bem, e 1% usou para enviar dinheiro a familiares ou amigos.

Ganhos com criptomoedas coincidem com ciclo de alta:

De acordo com o Business Insider, os resultados apresentados pelo relatório do Federal Reserve coincidem com o rali das criptomoedas no fim de 2021, que levou o bitcoin (BTC) a atingir sua máxima histórica de US$ 68.789.

No entanto, o mercado cripto tem passado por tempos difíceis, desde o início deste ano, com o bitcoin atingindo a marca dos US$ 26 mil, em maio, seu pior nível desde 2020. Vitória Martini/MoneyTimes

DigiTAX: Guedes quer criar imposto sobre transação com criptomoedas

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a falar sobre criar um imposto para as transações digitais e comentou acerca da criação de um novo imposto no Brasil, durante o evento "Perspectivas Econômicas do Brasil", promovido pela Arko Advice em conjunto com o TC.

Segundo ele, a internet corroborou com a criação de um "Camelódromo Virtual", no qual empresas com sede em outros países vendem seus produtos para os brasileiros.

Guedes continua dizendo que, por isso, essas empresas não pagam os impostos devidos no país, como é o caso de empresas de e-commerce chinesas.

Conforme dito, além de impostos sobre e-commerce, o Governo estaria trabalhando em um modo de taxar transações envolvendo criptomoedas. Guedes brincou, chamando o imposto de "DigiTAX".

O ministro chegou a justificar dizendo que estas empresas podem usar Bitcoin (BTC) e criptomoedas para "não deixar rastro".

Porém, nenhum dos principais e-commerce chineses atualmente aceitam criptomoedas como forma de pagamento.

"DigiTAX" tem fundamentos ou Guedes pirou de vez?

Thiago Barbosa Wanderley, sócio da Ogawa, Lazzerotti e Baraldi Advogados, especialista em criptoativos, comenta que as afirmações do Ministro no sentido de que o pagamento com criptoativos é utilizado para realizar transações "sem deixar rastro" vai totalmente de encontro à "notória rastreabilidade dos criptoativos."

Wanderley lembra que a ideia de um Digitax já foi amplamente rechaçada no ano passado, quando se apresentou sob a roupagem de uma "nova CPMF".

"Seria muito mais eficaz, por parte do Governo, engendrar esforços para que a "Lei Bitcoin" (PL 3825/2019) seja devidamente aprovada pela Câmara dos Deputados, de modo a regulamentar o setor, tornando as empresas nacionais ainda mais transparentes e fomentando investimentos no pujante mercado de criptoativos", diz.

Leonardo Rubinstein/MoneyTimes

Saúde do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 22.932.773/0001-49 – NIRE 35.300.480.210

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária – Reunião Digital

Acesso pelo Link: https://teams.microsoft.com/_#/l/meetup-join/19:meeting_NDFkNWJhNTA-tYzcyYy00NDE1LWEyOTctNTQ3MjIzZTViOWRm@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22,%22Oid%22:%22fdfbbe54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7D&anon=true&deeplinkId=74ac4668-a80d-4eda-a9ba-d5836b021a61

Ficam convocados os acionistas da **Saúde do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **30 de maio de 2022**, às **10 horas**, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), e do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** as contas da Administração, incluindo a manifestação da Diretoria, o Relatório Anual da Administração consubstanciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, conforme os termos da manifestação da Diretoria; **(iii)** a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2022; **(iv)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(v)** a fixação da remuneração global da administração da Companhia. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico), e-mail patricia.passos@opty.com.br com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data de realização da Assembleia: **(a)** documento de identidade; **(b)** atos societários que comprovem a representação legal; e **(c)** instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: **(a)** contrato ou estatuto social; **(b)** ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos anteriores ao horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, **(a)** todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, **(b)** orientações sobre o seu envio à Companhia, **(c)** indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e **(d)** orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim: **(a)** comunicar o recebimento do boletim de voto à distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou **(b)** informar sobre a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social a Companhia. São Paulo, 21 de abril de 2022. ***Fernando Henrique de Aldemundo Pereira*** *– Presidente do Conselho de Administração.* (21, 24 e 25/05/2022)

Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

CNPJ/ME nº 36.566.569.0001-66

Edital de Convocação de Assembleia de Sócios

Os Srs. Sócios da **Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda.**, em atendimento ao disposto nos Artigos 1.071, 1.072 e 1.078 da Lei nº 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro, ficam convocados a se reunirem em Assembleia de Sócios, a realizar-se em 30 de maio de 2022, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 10:30 horas, em segunda convocação, virtualmente, nos termos do Artigo 1.080-A da Lei nº 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro, por meio da Plataforma Teams, (Link de acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mzg1YWUwZGYtYWQ5Zi00ZGY1LWE5OGMtZTQxYjY4ZTk2MGYw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%223edeac8b-ff03-442a-8316-7e19b3e0eecc%22%2c%22Oid%22%3a%22d051f310-368d-4fea-97f6-adf29162547e%22%7d), instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do Artigo 1.074 da Lei nº 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Deliberar e aprovar a exclusão dos sócios Juscelino Siqueira Diniz Junior e Jéssika Carla Souto Rosendo, devido estarem colocando em risco a continuidade da Sociedade.

Belo Horizonte/MG, 19 de maio de 2022

Anderson dos Anjos Miranda – Administrador da Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda. e **Jorge Andre Parisio Santos** – Administrador da Topo Investimentos Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

(21, 24 e 25/05/2022)

Sobral Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 60.095.775/0001-10 – NIRE 35.300.123.620

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 5 de maio de 2022

Data, hora e local: No dia 05 de maio de 2022, às 17:00 horas, de forma digital. **Convocação:** Editais de convocação publicados nas vias impressas nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2022, no Diário Comercial, respectivamente, nas páginas 11, 34 e 33, e na via digital nas mesmas datas. **Presença:** Os acionistas, representando 98,44% do capital social da Companhia, o Diretor Vice-Presidente da Companhia, Sr. **Antônio Wadih Batah Filho** e a Sra. **Eliane Nobrega Sobral**, Diretora Presidente. **Ordem do Dia:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária, **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e **(2)** a destinação do lucro líquido decorrente do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(1)** a análise e aprovação de diretrizes para a Diretoria proceder à alienação de imóveis da Companhia, conforme as propostas recebidas pela administração; e **(2)** outros assuntos. **Deliberações:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária, **(1)** foram aprovados, por unanimidade dos acionistas presentes, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, sem quaisquer reservas e/ou ressalvas; **(2)** fora aprovada a distribuição de lucros na forma de dividendos, ficando a Diretoria autorizada a efetuar o pagamento aos acionistas do valor aprovado, em moeda corrente nacional, de forma proporcional à participação dos acionistas no capital social da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária, **(1)** fora aprovada a Diretoria da Companhia a proceder a alienação de certos imóveis da Companhia; e **(2)** aprovada a administração da Companhia a realizar todos os atos necessários para a realização e implementação das deliberações decididas no presente documento. São Paulo, 05 de maio de 2022. **Roberto Lourenço Belluzzo** – Presidente da Mesa; **Beatriz Tognato Portugal Gouvêa** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 242.340/22-2 em 13/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Pérola S.A.

CNPJ/ME nº 07.702.571/0001-17 – NIRE 35.300.327.233

Aviso aos Acionistas

Nos termos do artigo 294, inciso III, da Lei nº 6.404/76, informa-se que a Pérola S.A., com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1478, 7º andar, conjunto 704, Pinheiros, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.702.571/0001-17 ("Companhia"), passou a realizar suas publicações de forma eletrônica, por meio da Central de Balanços (SPED Contábil), considerando que a Companhia possui receita bruta anual de até R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais). São Paulo, 25 de maio de 2022. **A Diretoria**. (25, 26 e 27/05/2022)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Brasia Properties Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 23.541.066/0001-94 – NIRE 35.300.483.791

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/05/2022

No dia 11/05/2022, às 16hrs, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Bruno Silva. Secretária: Carolina Belleze Viana. **Deliberações:** (I) Resolve o acionista aprovar o aumento de capital da Companhia no valor total de R$ 2.259.000,00 com a emissão de 22.590.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O acionista decidiu não emitir ações preferenciais Classe A ou Classe B, de modo que o acionista detentor da totalidade das ações de emissão da Companhia participará do aumento do capital social da Companhia por meio de ações ordinárias. (II) Desta maneira, passa o capital social da Companhia de R$ 161.239.742,90, para R$ 163.498.742,90, dividido em 1.654.987.429 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 1.649.215.314 são ações ordinárias; (b) 3.091.653 são ações preferenciais Classe A; e (c) 2.680.462 são ações preferenciais Classe B. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelo único acionista Kumo – Fundo de Investimento Imobiliário, conforme boletim de subscrição que passa a fazer parte da presente ata (Anexo I). Nada mais, arquivado na JUCESP – nº 255.923/22-3 em 20/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/05/2022

Aos 11/05/2022, às 18hrs, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretária: Luis Carlos Martins Ferreira. Deliberações: **(I)** O aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 1.005.948,00 (um milhão, cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais), por meio da emissão de 10.059.480 (dez milhões, cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: (a) 10.034.331 (dez milhões, trinta e quatro mil, trezentas e trinta e uma) são ações ordinárias; e (b) 25.149 (vinte e cinco mil, cento e quarenta e nove) são ações preferenciais Classe A. **(II)** Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R$ 201.244.581,40 (duzentos e um milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta centavos) para R$ 202.250.529,40 (duzentos e dois milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), dividido em 2.042.505.294 (duas bilhões, quarenta e duas milhões, quinhentas e cinco mil, duzentas e noventa e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.037.399.031 (duas bilhões, trinta e sete milhões, trezentas e noventa e nove mil e trinta e uma) são ações ordinárias; e (b) 5.106.263 (cinco milhões, cento e seis mil, duzentas e sessenta e três) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP nº 255.928/22-0 em 20/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRZ Brasia II (E) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº: 40.651.516/0001-10 – NIRE 35.300.579.097

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14/04/2022.

Aos 14/04/2022 às 18hras, com a totalidade da mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luís Carlos Martins Ferreira. Deliberações: **(I)** Alterar o endereço da sede da Companhia, que passará de "Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.128, 4º andar, sala 405, CEP 01451-000" para "Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.128, 4º andar, sala 403 – parte, CEP 01451-903" **(II)** Os acionistas aprovaram a emissão de 60.378 (sessenta mil, trezentas e setenta e oito) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com o preço global de emissão de R$ 6.037,80 (seis mil e trinta e sete reais e oitenta centavos) das quais: (a) 60.228 (sessenta mil, duzentas e vinte e oito) são ações ordinárias; e (b) 150 (cento e cinquenta) são ações preferenciais Classe A. **(III)** Conforme previsto no parágrafo 3º, do artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia, do preço global de emissão das novas ações emitidas, o valor de R$ 603,80 (seiscentos e três reais e oitenta centavos) irá para o aumento do capital social da Companhia e o valor de R$ 5.434,00 (cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) será destinado à conta de reserva de capital, como permitido pelo artigo 14, parágrafo único, da LSA. **(IV)** Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R$ 1.000,00 (mil reais) para R$ 1.603,80 (mil, seiscentos e três reais e oitenta centavos), dividido em 70.378 (setenta mil, trezentas e setenta e oito) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 70.203 (setenta mil, duzentas e três) são ações ordinárias; e (b) 175 (cento e setenta e cinco) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais, arquivado na JUCESP - nº 244.622/22-0 em 17/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Taxas de juros sobem com IPCA-15 acima do consenso dos analistas

Os juros futuros fecharam a terça-feira em alta, pressionados pelo IPCA-15 de maio acima da mediana das estimativas do mercado e com avaliação ruim dos preços de abertura, principalmente os vencimentos do miolo da curva. Ainda que menor do que a dos vértices intermediários, a alta na ponta longa superou 20 pontos, refletindo o clima de risk off no exterior.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou em 13,41%, de 13,269% no ajuste anterior, o DI para janeiro de 2024 voltou aos 13,00%, de 12,765% no ajuste anterior. A taxa do DI para janeiro de 2025 encerrou a sessão regular em 12,26%, de 12,029% na segunda-feira. A do DI para janeiro de 2027 voltou a 12%, fechando em 12,01%, de 11,774%.

O IPCA-15 de 0,59% superou em 0,14 ponto porcentual a mediana das estimativas de 0,45%, de 1,73% em abril, acumulando 12,2% em 12 meses. "A composição foi extremamente desfavorável. A queda expressiva na energia elétrica não foi capaz de atenuar as fortes elevações de itens subjacentes, ampliando os riscos de que tenhamos inflação elevada por mais tempo", avalia Felipe Sichel, sócio e economista-chefe do Modal, para quem a leitura do dado corrobora a projeção de mais duas elevações de 50 pontos-base na Selic, terminando o ano em 13,75%.

Este também é o nível de taxa terminal para o qual a curva do DI se ajustou, apontando 100% de chance de aumento de 50 pontos em junho, como na segunda-feira, e entre 85% e 90% de probabilidade para a reunião de agosto.

Isto é Dinheiro

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 4,8100 / R$ 4,8106 **
Câmbio livre mercado - R$ 4,8090 / R$ 4,8110 *
Turismo - R$ 4,8900 / R$ 4,9960

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,08%

OURO BM&F
R$ 284,500

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,21%
Pontos: 110.580
Volume financeiro: R$ 29,191 bilhões
Maiores altas: PetroRio ON (3,90%), Equatorial ON (3,56%), 3R Petroleum ON (3,39%)
Maiores baixas: CVC Brasil ON (-6,30%), Azul PN (-5,78%), Embraer ON (-5,61%)

S&P 500 (Nova York): -0,81%
Dow Jones (Nova York): 0,15%
Nasdaq (Nova York): -2,35%
CAC 40 (Paris): -1,66%
Dax 30 (Frankfurt): -1,8%
Financial 100 (Londres): -0,39%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,94%
Hang Seng (Hong Kong): -1,75%
Shanghai Composite (Xangai): -2,41%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -2,34%
Merval (Buenos Aires): -1,03%
IPC (México): 0,14%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE
Março 2021: 0,93%

Publicidade Legal

Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.

CNPJ/ME nº 00.103.582/0001-31 – NIRE 35.300.190.505

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: 31/03/2022, às 8h, na Alameda Araguaia, 3571, 1º andar, Alphaville Industrial, Barueri/SP. **Presença**: Totalidade dos acionistas. **Convocação**: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **Mesa**: Yoshiaki Fujimori – Presidente; Adjair da Cunha dos Santos – Secretário. **Ordem do dia**: **(1)** Alteração de Estrutura Societária; **(2)** Eleição de membros da Diretoria; e **(3)** Regimento Interno da Diretoria. **Deliberações**: Após análise e discussão das matérias suso apontadas, aprovaram os presentes por unanimidade: **(1)** A modificação de estrutura da Diretoria da Cia., de modo a refletir sua atual composição e forma de atuação, isto posto, os artigos 15 a 17, Capítulo III, do estatuto social vigerão com a seguinte redação: *"Seção III – Diretoria. Artigo 15. A Diretoria da Cia. será composta por no mínimo 03 membros, sendo: 01 Diretor Presidente; 1 Diretor de Engenharia; e, 1 Diretor de Construções, eleitos pela Assembleia, todos com mandato unificado de 02 anos, permitida reeleição. § Único. O processo de eleição e investidura dos membros da Diretoria deve atender aos requisitos mínimos previstos em lei e observar os procedimentos indicados na política de governança corporativa da Cia.. Artigo 16. Compete à Diretoria cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia, bem como, praticar todos os atos de representação da Cia., podendo para tanto: a) representar a Cia. ativa e passivamente em juízo; b) convocar a Assembleia quando julgar necessário; c) representar a Cia. junto a clientes, fornecedores, entidades de classe, repartições e órgãos públicos em geral, inclusive suas autarquias; d) Submeter previamente à Assembleia: atos, contratos, operações com constituição de ônus reais, obtenção e/ou prestação de empréstimos e garantias, cujo valor seja igual ou superior à 1.000.000,00; e) fazer cumprir os dispositivos do Código de Ética e Conduta da Cia., sempre observando as leis e as boas práticas de governança corporativa; f) Submeter previamente à Assembleia, propostas comerciais de valor superior a 30.000.000,00, cujos objetos sejam da área de construção. § 1º. O Diretor Presidente é responsável pelo acompanhamento e supervisão dos demais membros da Diretoria da Cia., bem como, pela condução dos trabalhos do Comitê Técnico. § 2º. O Diretor Presidente também é responsável pela produção e comercialização de serviços e supervisão da unidade de Gerenciamento e Infraestrutura, a qual compete o desenvolvimento das atividades de gerenciamento, supervisão e fiscalização de estudos, projetos e obras de infraestrutura e edificações, bem como, atividades de gerenciamento, supervisão, fiscalização, operação e manutenção de obras e empreendimentos de energia, recursos hídricos e saneamento. § 3º. O Diretor de Engenharia é responsável pela produção e comercialização de serviços e supervisão da unidade de Energia e Recursos Hídricos, a qual compete o desenvolvimento das atividades de coordenação, orientação e acompanhamento de projetos e estudos relacionados à energia, saneamento, recursos hídricos e segurança de barragens. § 4º. O Diretor de Construções é responsável pela produção e comercialização de serviços e execução das obras de empreitada global da Cia., a quem compete à administração, execução e coordenação das atividades de construção civil, montagem industrial, manutenção, comissionamento e partida. Artigo 17. A Diretoria reunir-se-á mediante convocação do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 08 dias, devendo constar data, horário e assuntos da ordem do dia. § 1º. As reuniões da Diretoria somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros. § 2º. Fica facultada aos diretores a participação em reunião por qualquer meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade de votos, tais como plataformas on-line, telefone ou videoconferência. § 3º. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente e poderão contar com a presença de colaboradores da Cia., desde que convocados previamente, para apresentar informações relacionadas às matérias da ordem do dia. § 4º. A documentação necessária à apreciação das matérias constantes da ordem do dia, deverá ser entregue, a cada um dos diretores e eventuais participantes, com antecedência mínima de 08 dias da data da reunião."* **(2)** A recondução dos atuais diretores da Cia., a saber: **Fernando da Silva Schmidt**, RG nº 3.567.331 SSP/SC e CPF/ME nº 036.994.019-95; e, **Diego David Baptista de Souza**, RG nº 6.650.374-7 SSP/PR e CPF/ME nº 027.074.679-01, a seus novos cargos de Diretor Presidente e Diretor de Engenharia, respectivamente, com remuneração global no valor de R$ 576.000,00, considerando a reestruturação societária recém deliberada. Ato seguinte, foi eleito para o cargo de Diretor de Construções, **Ronaldo da Silva Ferreira**, RG nº 02.399.173-0 SSP/RJ e CPF/ME nº 356.186.637-91. O diretor ora eleito renunciou a qualquer remuneração pelo exercício da administração. Os diretores prestaram o compromisso de bem exercer suas atividades e atribuições, para um mandato unificado de 02 anos, a contar da presente data, declarando para todos os fins de direito, conforme termos de posse e declaração de desimpedimento – **Anexo I** – que não se encontravam incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impedissem de exercer atividades empresárias, sendo certo que a eles foi dado amplo conhecimento da legislação aplicável. Por fim declarou o senhor presidente da mesa a seguir, que os mesmos estavam desde já empossados em seus respectivos cargos. **(3)** o Regimento Interno da Diretoria da Cia., que acompanha a presente ata – **Anexo II** – a fim de dispor a respeito do escopo de atuação e objetivos; do funcionamento; das reuniões, convocações, agendas, atas, documentação e etc. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Barueri-SP, 31/03/2022. Assinaturas: **Mesa:** Yoshiaki Fujimori – Presidente; Adjair da Cunha dos Santos – Secretário. **Anexo I – Termos de Posse – Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento.** Pelo presente Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento é reconduzido ao cargo de Diretor Presidente da **Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.**, o signatário, Fernando da Silva Schmidt, acima qualificado, de acordo com a Assembleia da Cia. de 31/03/2022, para um novo mandato de 02 anos, a contar da presente data. Neste ato declara que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Cia., bem como, que: I. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de Cia. aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Cia., e não tem, nem representa interesse conflitante com a mesma, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. **Fernando da Silva Schmidt. Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento.** Pelo presente Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento é eleito ao cargo de Diretor de Engenharia da **Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.**, o signatário Diego David Baptista de Souza, acima qualificado, de acordo com a Assembleia da Cia. de 31/03/2022, para um novo mandato de 02 anos, a contar da presente data. Neste ato declara que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Cia., bem como, que: I. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de Cia. aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Cia., e não tem, nem representa interesse conflitante com a mesma, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. **Diego David Baptista de Souza. Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento.** Pelo presente Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento é eleito ao cargo de Diretor de Construções da **Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A.**, o signatário Ronaldo da Silva Ferreira, acima qualificado, de acordo com a Assembleia da Cia. de 31/03/2022, para um novo mandato de 02 anos, a contar da presente data. Neste ato declara que se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Cia., bem como, que: I. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; II. não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de Cia. aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; III. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e IV. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Cia., e não tem, nem representa interesse conflitante com a mesma, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76. **Ronaldo da Silva Ferreira. Anexo II – Regimento Interno da Diretoria.** (Aprovado na AGE de 31.03.2022) **Capítulo I – Objeto. Artigo 1º.** O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento da Diretoria ("Diretoria") da Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. ("Cia.") bem como o relacionamento entre a Diretoria e os demais órgãos da Cia., observadas as disposições estatutárias e a legislação em vigor. **Capítulo II – Definição. Artigo 2º.** A Diretoria é um órgão executivo e autônomo de administração e representação, cujos membros são eleitos pela Assembleia, observadas disposições da política de governança corporativa da Cia., cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades previstas em lei e pelo estatuto social. **Capítulo III – Composição e Prerrogativas. Artigo 3º.** Conforme previsão estatutária, a Diretoria contará com, no mínimo, 03 membros, eleitos pela Assembleia, com mandato unificado de 02 anos, permitida reeleição. **Artigo 4º.** Composta por 01 Diretor Presidente; 01 Diretor de Engenharia; e, 01 Diretor de Construções, foi organizada com vistas a atender às necessidades e metas corporativas. **Artigo 5º.** O processo de seleção, eleição e investidura dos diretores deve atender aos requisitos mínimos previstos em lei e observar os procedimentos indicados na política de governança corporativa da Cia.. **§ Único.** Os diretores poderão ser destituídos, a qualquer tempo, pela Assembleia, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores. **Capítulo IV – Competências. Artigo 6º.** Como órgão, coletivamente, compete cumprir e fazer cumprir o estatuto social, as deliberações da Assembleia e a prática de quaisquer atos de representação. **Artigo 7º.** Compete ao Diretor Presidente, no exercício de suas funções, além das previsões legais e normativas vigentes: I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II. Dirigir a empresa, acompanhando e supervisionando os demais membros da Diretoria, na condução de atividades técnicas, comerciais e administrativas; III. Conduzir os trabalhos do Comitê Técnico da Cia.; IV. Produzir e comercializar serviços e supervisionar a unidade de Gerenciamento e Infraestrutura, desenvolvendo atividades de gerenciamento, supervisão e fiscalização de estudos, projetos e obras de infraestrutura e edificações, bem como, atividades de gerenciamento, supervisão, fiscalização, operação e manutenção de obras e empreendimentos de energia, recursos hídricos e saneamento. V. Dirigir os contratos da sua unidade, supervisionando as atividades técnicas, comerciais e administrativas, em consonância com as definições da Gestão Corporativa da *holding*; VI. Monitorar o desempenho técnico e comercial de sua unidade como um todo e por cada contrato e/ou centro de custo através de seus coordenadores, assessores e chefes de divisão; VII. Sempre que julgar necessário, acionar as áreas de Gestão Corporativa, Comercial e Assessorias Jurídicas e de Comunicação, para assessoramento em operações e negócios da Cia.; VIII. Disseminar a cultura de *compliance* e apoiar a execução do Programa de Integridade corporativo; IX. Fazer cumprir os dispositivos do Código de Ética e Conduta e observar as boas práticas de governança corporativa; X. Outorgar poderes, em conjunto com um dos demais diretores, de acordo com as respectivas unidades em que atuam. **Artigo 8º.** Compete ao Diretor de Engenharia: I. Produzir e comercializar serviços e supervisionar a unidade de Energia e Recursos Hídricos, desenvolvendo as atividades de coordenação, orientação e acompanhamento de projetos e estudos relacionados à energia, saneamento, recursos hídricos e segurança de barragens. II. Dirigir os contratos da sua unidade, supervisionando as atividades técnicas, comerciais e administrativas, em consonância com as definições da Gestão Corporativa da *holding*; III. Monitorar o desempenho técnico e comercial de sua unidade como um todo e por cada contrato e/ou centro de custo, através de seus coordenadores, assessores e chefes de divisão; IV. Sempre que julgar necessário, acionar as áreas de Gestão Corporativa, Comercial e Assessorias Jurídicas e de Comunicação, para assessoramento em operações e negócios da Cia.; V. Disseminar a cultura de *compliance* e apoiar a execução do Programa de Integridade corporativo; VI. Fazer cumprir os dispositivos do Código de Ética e Conduta e observar as boas práticas de governança corporativa; VII. Outorgar poderes, em conjunto com o Diretor Presidente, para fins de representação em temas pertinentes a sua unidade de atuação. **Artigo 9º.** Compete ao Diretor de Construções: I. Produzir e comercializar serviços e executar as obras de empreitada global da Cia., por meio da administração, execução e coordenação das atividades de construção civil, montagem industrial, manutenção, comissionamento e partida; II. Dirigir os contratos das suas unidades, supervisionando as atividades técnicas, comerciais e administrativas, em consonância com as definições da Gestão Corporativa da *holding*; III. Monitorar o desempenho técnico e comercial de suas unidades como um todo e por cada contrato e/ou centro de custo, através de seus coordenadores, assessores e chefes de divisão; IV. Sempre que julgar necessário, acionar as áreas de Gestão Corporativa, Comercial e Assessorias Jurídicas e de Comunicação, para assessoramento em operações e negócios da Cia.; V. Disseminar a cultura de *compliance* e apoiar a execução do Programa de Integridade corporativo; VI. Fazer cumprir os dispositivos do Código de Ética e Conduta e observar as boas práticas de governança corporativa; VII. Outorgar poderes, em conjunto com o Diretor Presidente, para fins de representação em temas pertinentes a sua unidade de atuação. **Artigo 10.** Sem prejuízo ao disposto aqui e no estatuto social, o Diretor de Construções desempenhará suas atividades com elevado grau de autonomia técnica-administrativa, podendo para tanto, nomear ao menos 01 Gerente, para fins de atuação conjunta em negócios e representação perante terceiros para efeitos de gerência-administrativa, observados os limites legais. **§ Único.** Os negócios da Diretoria de Construções serão conduzidos, exclusivamente, por seu diretor e gerente designados, respeitados os limites legais de atuação. **Capítulo V – Requisitos. Artigo 11.** Sem prejuízo aos critérios de seleção contidos na política de governança corporativa da Cia., os diretores devem atender aos seguintes requisitos: I. reputação ilibada; II. ausência de conflito de interesses; III. conhecimento comprovado sobre temas de governança corporativa; IV. alinhamento com os valores da Cia. e seu código de ética e conduta; V. comprometimento com as previsões das políticas corporativas e a legislação anticorrupção em vigor. **Capítulo VI – Reuniões. Artigo 12.** No início de cada exercício, o Diretor Presidente deve propor o calendário anual de reuniões ordinárias, após consulta aos demais diretores. **§ Único.** A periodicidade das reuniões será determinada de forma a garantir a efetividade dos trabalhos do órgão, observada, no entanto, a realização ordinária de ao menos 1 reunião anual. **Artigo 13.** A Diretoria deverá ainda reunir-se, em caráter extraordinário, sempre que convocada por e-mail ou correspondência – com comprovante de recebimento – a pedido fundamentado do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 08 dias, devendo constar da convocação: data, horário, local e assunto que constarão da ordem do dia. **Artigo 14.** O Diretor Presidente, até 8 antes de cada reunião do colegiado, seja ordinária ou extraordinária, deverá encaminhar a documentação necessária à apreciação das matérias constantes da ordem do dia. **§ Único.** A documentação acima apontada será instruída com a proposta ou manifestação da(s) diretoria(s) ou dos órgãos auxiliares, e de eventual parecer da assessoria jurídica, quando necessários ao exame da matéria. **Artigo 15.** As reuniões da Diretoria somente se instalarão com a presença da maioria dos membros em exercício. **§ Único.** A Diretoria poderá admitir outros participantes em suas reuniões, inclusive os membros do Comitê Técnico, para acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto. **Artigo 16.** As reuniões, sejam ordinárias ou extraordinárias, serão realizadas preferencialmente na sede da Cia., admitida a possibilidade de realização por qualquer meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade de votos, tais como plataformas on-line, telefone ou videoconferência. **Capítulo VII – Disposições Gerais. Artigo 17.** Os documentos e informações colocados à disposição da Diretoria, quando não disponíveis ao público, serão mantidos em sigilo, não podendo ser examinados por terceiros. **Artigo 18.** Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia e será arquivado na sede da Cia.. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 228.102/22-4 em 04/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Maioria das Bolsas de NY fecha em baixa, com dados e sinalizações sobre techs

As bolsas de Nova York fecharam na maioria em baixa nesta terça-feira, 24, em uma sessão na qual sinalizações sobre a conjuntura para empresas de tecnologia e da economia americana pesaram sobre as ações. A gigante de redes sociais Snap publicou perspectivas negativas para suas operações, incluindo dificuldades com a inflação e anúncios, o que levou a uma queda de mais de 40% nos papéis da companhia, o que se espalhou pelo setor. Já indicadores sobre indústria, serviço e vendas de moradia nos Estados Unidos apresentaram dificuldades para a economia local, reforçando temores por uma recessão.

No fechamento, o Dow Jones subiu 0,16%, a 31.928,62 pontos, o S&P 500 teve baixa de 0,81%, a 3.941,48 pontos, e o Nasdaq recuou 2,35%, a 11.264,45 pontos.

"As ações estão rapidamente desistindo dos ganhos de ontem, depois que uma ira de dados econômicos dos EUA sinalizou uma ampla fraqueza em grandes partes da economia. Tudo está enfraquecendo em um ritmo mais rápido do que se esperava e isso não é um bom presságio para o consumidor dos EUA e para as perspectivas de curto prazo para as ações", avalia Edward Moya, analista da Oanda.

Isto é Dinheiro

Apesar da pressão sobre Petrobras, Ibovespa vira e sobe 0,21%

Uma combinação de fatores negativos – nova troca de comando na Petrobras, IPCA-15 acima do esperado para maio e fracas leituras sobre a atividade econômica nos Estados Unidos e na Europa, além dos casos de covid em Pequim, China – mantinha o Ibovespa em baixa desde a abertura desta terça-feira. Ainda assim, a referência da B3 conseguiu não apenas preservar a linha de 109 mil pontos como recuperar, no fim da tarde, a marca dos 110 mil, vista no dia anterior em fechamento pela primeira vez desde 25 de abril. Na máxima, foi nesta terça-feira aos 110.635,27 pontos, em alta de 0,26%.

Após ter tocado na mínima os 108.399,23 pontos, saindo de abertura aos 110.340,07, o Ibovespa virou e mostrava ao final do dia leve ganho de 0,21%, a 110.580,79 pontos, com giro financeiro a R$ 30,5 bilhões. Na semana, sobe 1,93% e, no mês, 2,51% – no ano, o avanço é de 5,49%.

Entre as blue chips, destaque para Petrobras ON e PN, em queda respectivamente de 2,85% e 2,92% no fechamento. Por outro lado, Vale ON teve alta de 1,35% e o desempenho dos grandes bancos também foi positivo (Bradesco PN +2,10%, Itaú PN +1,51%), à exceção de BB ON (-0,42%), o que contribuiu para o quarto avanço consecutivo do Ibovespa.

Ao fim, o desempenho mais firme de mineração e siderurgia (CSN ON +1,60%, na máxima do dia no fechamento), assim como de utilities (Cemig PN +2,23%; Eletrobras PNB +2,04%, Eletrobras ON +1,99%, ambos os papéis também nos picos da sessão no enceramento), e dos grandes bancos, prevaleceu sobre as perdas em Petrobras, que se acomodaram abaixo de 3% no fechamento. Na ponta do Ibovespa, PetroRio (+3,90%), Equatorial (+3,56%) e 3R Petroleum (+3,39%). No lado oposto, CVC (-6,30%), Azul (-5,78%) e Embraer (-5,61%).

Pela manhã, "o IPCA-15 veio acima das expectativas, a 0,59% frente a 0,45% de expectativa para maio, apesar da redução em relação ao mês anterior pelo efeito da bandeira tarifária de energia elétrica. A difusão continua bastante elevada, apesar de ter havido também uma desaceleração", diz Eduarda Korzenowski, economista da Somma Investimentos. "Tem havido surpresas positivas pelo lado da atividade, mas pelo lado da inflação as surpresas continuam negativas", acrescenta a economista.

Isto é Dinheiro

Focus Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 07.760.179/0001-14

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.428	21.811
Aplicações financeiras	6	12.237	–
Contas a receber	7	177.913	231.032
Contas a receber de partes relacionadas	9	26.989	5.561
Impostos a recuperar	8	7.032	17.853
Adiantamento a fornecedores	10	13.239	22.470
Valor justo dos contratos de energia	24	505.644	180.389
Outras contas a receber		1.763	7.176
		774.245	**486.292**
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	500	5.075
Adiantamento a fornecedores	10	–	9.912
Partes relacionadas	9	–	7.240
Valor justo dos contratos de energia	24	332.446	222.009
		332.946	**244.236**
Imobilizado	11	3.994	2.532
Intangível		225	17
Direito de uso	12.a.	2.694	2.588
		6.913	**5.137**
Total do ativo		**1.114.104**	**735.665**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	8.109	5.297
Fornecedores	14	168.336	216.964
Fornecedores partes relacionadas	9	26.989	5.561
Obrigações trabalhistas	15	14.787	670
Obrigações tributárias	16	10.858	34.260
Valor justo dos contratos de energia	24	437.494	100.872
Arrendamento a pagar	12.b.	766	471
Adiantamento de clientes	17	866	21.892
Outras contas a pagar		5.645	2.509
		673.850	**388.496**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	17.912	26.021
Adiantamento de clientes	17	80.000	–
Valor justo dos contratos de energia	24	108.387	14.971
Obrigações tributárias	16	21.238	8.699
Partes relacionadas	9	950	20.830
Passivo fiscal diferido	19.a.	95.397	97.502
Arrendamento a pagar	12.b.	2.913	2.758
		326.797	**170.781**
Patrimônio líquido			
Capital social	20.a.	41.000	41.000
Reserva de lucros a realizar		72.457	135.388
		113.457	**176.388**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.114.104**	**735.665**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	1.776.764	1.249.877
Custos operacionais	22	(1.693.468)	(1.219.439)
Resultado do valor justo dos contratos de energia	24	5.654	53.009
Lucro bruto		**88.950**	**83.447**
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(51.607)	(28.461)
Outras (despesas)/receitas operacionais	22	(1.643)	875
		(53.250)	**(27.586)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	2.118	736
Despesas financeiras	23	(4.314)	(3.499)
		(2.196)	**(2.763)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**33.504**	**53.098**
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	19.b	(16.200)	(2.517)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	19.b	2.105	(22.565)
Lucro líquido do exercício		**19.409**	**28.016**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**19.409**	**28.016**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**19.409**	**28.016**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Total
Saldos em 31/12/2019	**15.000**	**163.072**	**178.072**
Aumento de capital	26.000	–	**26.000**
Distribuição de lucros	–	(55.700)	**(55.700)**
Lucro líquido do exercício	–	28.016	**28.016**
Saldos em 31/12/2020	**41.000**	**135.388**	**176.388**
Distribuição de lucros	–	(82.340)	**(82.340)**
Lucro líquido do exercício	–	19.409	**19.409**
Saldos em 31/12/2021	**41.000**	**72.457**	**113.457**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**33.504**	**53.098**
Itens que não afetam o caixa operacional:		
Depreciação e amortização	1.181	1.709
Baixa de imobilizado	2	–
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	1.476	132
Perda estimada	–	8.214
Resultado do valor justo de contratos de energia	(5.654)	(53.009)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.105	(22.565)
Constituição de arrendamento de imóveis	–	417
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	3.008	281
Aumento/(diminuição) em ativos		
Contas a receber	30.215	(115.272)
Impostos a recuperar	10.821	678
Adiantamento a fornecedores	19.143	15.706
Outras contas a receber	5.420	(4.203)
(Aumento)/diminuição em passivos		
Fornecedores	(27.200)	94.023
Obrigações trabalhistas	14.117	413
Obrigações tributárias	(12.968)	20.149
Adiantamento de clientes	58.974	21.702
Outras contas a pagar	3.136	980
Caixa gerado nas operações	**137.280**	**22.453**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.200)	(2.517)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(2.741)	(700)
Caixa líquido gerado pelas/(consumido nas) atividades operacionais	**118.339**	**19.236**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(7.662)	–
Aquisição de imobilizado	(2.134)	(1.346)
Aquisição de intangível	(208)	(17)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	**(10.004)**	**(1.363)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	(12.640)	7.908
Pagamento de empréstimos	(5.297)	(14.050)
Captações de empréstimos	–	28.002
Pagamento de arrendamento	(441)	–
Aportes de capital	–	26.000
Distribuição de lucros	(82.340)	(55.014)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de financiamentos	**(100.718)**	**(7.154)**
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**7.617**	**10.719**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.811	11.092
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.428	21.811
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**7.617**	**10.719**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Focus Energia Ltda. ("Empresa") é uma sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de São Paulo-SP, constituída em 24 de outubro de 2005 originalmente com a razão social de Value Comercializadora de Energia Ltda., tendo por objetivo social o comércio atacadista de energia elétrica, sendo autorizado pela ANEEL no Despacho nº 2.281/2008. Em 30 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.468, a ANEEL alterou a razão social da Value Comercializadora de Energia Ltda. para Focus Energia Ltda., autorizando a Empresa para atuar como agente comercializador de energia elétrica. Em 08 de dezembro de 2020, o Ministério de Minas e Energia no uso de suas atribuições, por meio da portaria nº442, autorizou a Empresa a exportar energia elétrica interruptiva para a República Argentina e para a República Oriental do Uruguai. A exportação para a República Argentina deverá ocorrer por meio das Estações Conversoras de Frequência de Garabi I e II, até 2.200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizadas no Município de Garruchos, e da Conversora de Frequência de Uruguaiana, até 50 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina. A exportação para a República Oriental do Uruguai deverá ocorrer por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera, até 70 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada na fronteira dos Municípios de Rivera, Uruguai, e Santana do Livramento, Brasil, e da Estação Conversora de Frequência de Melo, até 500 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Melo, Uruguai, próximo da fronteira com o Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul. A Empresa é controlada direta da Focus Holding Comercializadora Participações Ltda, cuja estrutura societária está abaixo demonstrada:

ENEVA S.A.
CNPJ/ME nº 04.423.567/0001-21

100%

FOCUS HOLDING COMERCIALIZADORA PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/ME nº 33.312.525/0001-11

100%

FOCUS ENERGIA LTDA.
CNPJ/ME nº 07.760.179/0001-24

1.1. Impactos Covid 19: Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Empresa informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes nos países de atuação da Empresa e seus regulamentos internos. A Empresa avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros *stakeholders* envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis. Neste cenário, a Empresa vem monitorando os efeitos nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas informações contábeis divulgadas. Até o momento da emissão dessas demonstrações contábeis, a Empresa não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possui visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados. **1.2 Cessão do Contrato da DCELT:** A Empresa e a DCELT – Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. assinaram em 11 de outubro de 2021, um termo de cessão e 6º aditivo ao contrato de venda de energia elétrica, onde a Empresa cede o contrato para a geradora de energia SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. a partir de 01 de janeiro de 2024. A validade e vigência do 6º termo aditivo e sua respectiva cessão ficam condicionadas à emissão, pela ANEEL, de anuência por meio de ato normativo publicado no Diário Oficial da União. A aprovação dessa cessão, implica na alteração do reconhecimento e mensuração do portifólio de contratos de compra e venda de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2021, o contrato da DCELT foi reconhecido e mensurado pelo valor justo, na data da assinatura do contrato. A nota explicativa nº 24 demonstra o valor justo do contrato na data base.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 11 de março de 2022. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa e de suas controladas. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota nº 7:** Contas a receber (Perda de Crédito Esperada); • **Nota nº 18:** Provisão para contingência (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • **Nota nº 24:** Valor justo dos contratos de energia (Estimativa de valor justo desses instrumentos financeiros).

3. Principais políticas contábeis adotadas – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados: **3.1. Instrumentos financeiros • Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. • **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. • **Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. • **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo. **Passivos financeiros • Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. • **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. • **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 25. • **Valor justo dos contratos de energia:** A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender às demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são mensurados e contabilizados no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que são celebrados, e são reavaliados a valor justo na data do balanço. • **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte. A Empresa tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preço futuros dos sub mercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Contas a receber:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço e valores a receber da CCEE "Câmera de Comercialização de Energia Elétrica", contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, dessa forma os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço menos as perdas de créditos esperadas. **3.4. Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Empresa e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e o comparativo são as seguintes: • Computadores e periféricos: 05 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Máquinas e equipamentos de escritório: 20 anos; • Veículos: 05 anos; • Outras imobilizações: 25 anos; Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, exceto quando o ativo está atrelado a contratos que determinam seu prazo de utilização, nesses casos, são depreciados por este prazo. Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros". **3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. **3.7. Fornecedores de energia:** Incluem as compras de energia elétrica faturadas e não faturadas para a Empresa até o encerramento do balanço, contabilizadas pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sobre os quais não há impactos de juros. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.9. Reconhecimento de receita e custo de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Empresa é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na asso-

continua …

… continuação

Focus Energia Ltda.

ciação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e o regime tributário adotado pela Empresa é o lucro Real. A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. Os impostos diferidos, advindos do ajuste de avaliação patrimonial quando aplicável são reconhecidos no patrimônio líquido. Os demais impostos diferidos são reconhecidos no resultado, quando constituídos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes – As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Empresa, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover *guidance* para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 – 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

5. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa	7	–
Bancos conta movimento	495	2.469
Aplicações financeiras	28.926	19.342
Total	**29.428**	**21.811**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um baixo risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros a custos amortizado e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro. As aplicações financeiras referem-se a operações de CDB com instituições financeiras de primeira linha, com remunerações que variam na média entre 75% e 99% do CDI.

6. Aplicações financeiras	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicações financeiras	12.737	5.075
Total	**12.737**	**5.075**
Circulante	**12.237**	**–**
Não circulante	**500**	**5.075**

Os valores restritos referem-se ao valor da garantia das operações de capital de giro e fiança bancária que estão aplicados em operações de CDB, cujas remunerações variam de 94% a 104%.

7. Contas a receber	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Faturados	11.075	97.551
CCEE **(*)**	1.335	–
Não faturados **(**)**	168.672	135.174
PECLD	(3.169)	(1.693)
Total	**177.913**	**231.032**

(*) O saldo de "CCEE" refere-se a venda de energia realizada para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); **(**)** O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data base e foi faturado e recebido no mês subsequente. Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Vencidos:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
01 – 30 dias	1.005	–
31 – 60 dias	–	14
61 – 90 dias	–	165
Acima de 90 dias	3.339	1.693
Subtotal vencidos	**4.344**	**1.872**
A vencer:		
Até 45 dias	176.738	228.981
Subtotal a vencer	**176.738**	**230.853**
Total	**181.082**	**232.725**

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão para perda de crédito esperada com clientes:

	31/12/2021	**31/12/2020**
Saldo inicial	**(1.693)**	**(1.561)**
(-) Adições	(1.476)	(132)
Saldo final	**(3.169)**	**(1.693)**

8. Impostos a recuperar	**31/12/2021**	**31/12/2020**
IRPJ e CSLL **(a)**	4.975	17.250
IRRF	319	319
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	1.282	284
ICMS	295	–
Outros impostos a recuperar	161	–
Total	**7.032**	**17.853**

(a) O saldo de IRPJ e CSLL refere-se a antecipações ocorridas no ano além de créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real.

9. Partes relacionadas

	31/12/2021	**31/12/2020**
Ativo		
Créditos com coligadas		
FC One Energia Ltda. **(a)**	–	7.240
Contas a receber		
FC One Energia Ltda.	26.989	5.561
Total	**26.989**	**12.801**
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Créditos com coligadas		
Focus Inteligência **(b)**	–	900
Platinum **(b)**	950	950
Focus Geração **(b)**	–	1.500
Mútuos com sócios **(a)**	–	17.480
Fornecedores		
FC One Energia Ltda.	26.989	5.561
Total	**27.939**	**26.391**

Foram considerados como partes relacionadas todos os acionistas e coligadas. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **(a)** Transações de mútuos entre sociedades no qual tem características de transações de conta corrente entre as empresas ligadas por se tratar de transação com característica de centralização de caixa. Tais contratos e/ou acordos são por tempo indeterminado e são reajustados com base na taxa referencial (TR). Estas relações existentes e a forma como são transacionadas possuem a finalidade de proteger os interesses dos acionistas; **(b)** Refere-se a transações com os sócios nas condições de mútuos no qual está previsto a devolução dos montantes no prazo entre dois e seis anos. Os mesmos, são reajustados com base na taxa referencial (TR), que será calculado da data do contrato até a efetiva liquidação da dívida;

10. Adiantamentos à fornecedores	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Adiantamento à fornecedores	21.453	40.596
(-) Perda estimada	(8.214)	(8.214)
Total	**13.239**	**32.382**
Circulante	**13.239**	**22.470**
Não circulante	**–**	**9.912**

Os adiantamentos à fornecedores para compra de energia estão atrelados aos contratos de pré-pagamento que correspondem a transações em que o fornecedor se compromete a fornecer energia elétrica a Empresa em um prazo determinado. A projeção de realização dos adiantamentos à fornecedores é de até 12 meses.

11. Imobilizado – a) Composição do imobilizado:

	Custo	**Depreciação Acumulada**	**31/12/2021 Imobilizado Líquido**	**31/12/2020 Imobilizado Líquido**
Equipamentos de informática e comunicação	873	(320)	553	333
Móveis e utensílios	1.246	(295)	951	994
Máquinas e equipamentos de escritório	9	(2)	7	3
Veículos	1.711	(214)	1.497	–
Outras imobilizações	2.450	(1.464)	986	1.202
Total	**6.289**	**(2.295)**	**3.994**	**2.532**

b) Movimentação do imobilizado:	**Taxa de depreciação %**	**31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**31/12/2021**
Equipamentos de informática e comunicação	25%	333	333	–	(113)	553
Móveis e utensílios	10%	994	84	–	(127)	951
Máquinas e equipamentos de escritório	5%	3	6	–	(2)	7
Veículos	20%	–	1.711	–	(214)	1.497
Outras imobilizações	4%	1.202	–	(2)	(214)	986
Total		**2.532**	**2.134**	**(2)**	**(670)**	**3.994**

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: A Empresa avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve necessidade de constituição de provisão de redução ao valor recuperável. **12. Arrendamentos – (a) Direito de uso:**

Descrição	**2020**	**Amortização**	**Remensurações**	**2021**
Direito de uso	2.588	(511)	617	2.694

(b) Movimentação do arrendamento

Descrição	**2020**	**Pagamentos**	**Juros apropriados**	**Transferência**	**Remensuração**	**2021**
Alugueis	471	(441)	–	671	65	766
Passivo circulante	**471**	**(441)**	**–**	**671**	**65**	**766**
Alugueis	2.758	–	267	(671)	559	2.913
Passivo não circulante	**2.758**	**–**	**267**	**(671)**	**559**	**2.913**
Total	**3.229**	**(441)**	**267**	**–**	**624**	**3.679**

Para apuração das obrigações ajustadas a valor presente a Empresa utilizou a taxa de desconto correspondente a 9% a.a.

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	**Juros**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Em moeda nacional			
CCB	3,6% a.a. + 100% CDI	4.737	6.316
CCB	6,55% a.a. + 100% CDI	9.451	10.000
CCB	4,41% a.a + 100% CDI	7.666	10.000
CCB	6,67% a.a + 100% CDI	4.167	5.002
Total		**26.021**	**31.318**
Circulante		**8.109**	**5.297**
Não circulante		**17.912**	**26.021**

O vencimento do passivo não circulante está composto a seguir:

	31/12/2021	**31/12/2020**
2.022	–	8.109
2.023	7.776	7.776
2.024	3.990	3.990
2.025	1.101	1.101
2.026	1.101	1.101-
Vencimento após 2026	3.944	3.944
Total	**17.912**	**26.021**

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2020	**Provisão de juros**	**Pagamentos de principal**	**Pagamentos de juros**	**Saldo em 31/12/2021**
31.318	2.741	(5.297)	(2.741)	26.021

Eventos que promovem a antecipação de quitação de dívidas: A Empresa monitora os eventos de antecipação de dívida com objetivo de prevenir a ocorrência de fatos que possam vir a ser considerados motivo de vencimento antecipado. De acordo com os contratos, os *covenants* financeiros são apurados anualmente pela Administração com as seguintes premissas: ▪ A razão entre a dívida líquida e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 2,0 até a integral liquidação das obrigações assumidas dessa dívida; ▪ O índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD deverá ser menor ou igual a 1,7 até a integral liquidação das obrigações assumidas dessa dívida. Todas os índices supracitados foram adequadamente atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

14. Fornecedores	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Suprimento de energia	13.518	100.224
Provisão por competência **(*)**	154.498	116.740
Fornecedores – outros	320	–
Total	**168.336**	**216.964**

(*) O saldo de "provisão por competência" é composto por compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujos contratos de compra e o consumo de energia, ocorreram no último dia de cada data base e serão faturados e liquidados pelos fornecedores de energia no mês subsequente.

15. Obrigações trabalhistas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Bônus	12.279	–
Salários e encargos	1.346	377
Provisões de férias, 13º e encargos	1.162	293
Total	**14.787**	**670**

16. Obrigações tributárias	**31/12/2021**	**31/12/2020**
IRPJ e CSLL a recolher	952	29.968
Parcelamento de IRPJ e CSLL **(c)**	19.203	–
Parcelamento de ISS **(a)**	8.542	10.168
Impostos sobre provisão de vendas (b)	1.311	2.823
Outros	2.088	–
Total	**32.096**	**42.959**
Circulante	**10.858**	**34.260**
Não circulante	**21.238**	**8.699**

(a) Parcelamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), referente à dívida assumida na aquisição da empresa Iguaçu Consultoria Ltda., razão social que foi alterada para FC Consultoria Ltda. em março de 2018 e incorporada pela Focus Energia Ltda., em 28 de setembro de 2018, cujo prazo de parcelamento é de 120 meses; **(b)** Refere-se a PIS e COFINS sobre provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreram no período e foram faturados no mês subsequente; **(c)** A Focus Energia Ltda. Protocolou em janeiro de 2021 o pedido de parcelamento de seus débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) junto à Secretaria da Receita Federal, apurados no exercício de 2019 cujo vencimento se deu em 30 de março 2020. O referido débito tributário será pago em 60 meses.

17. Adiantamento de clientes	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante	866	21.892
Não circulante	80.000	–

O adiantamento de clientes de venda de energia está atrelado aos contratos de pré-recebimentos que correspondem às transações em que a Empresa se compromete a fornecer energia elétrica ao cliente em um prazo determinado. O saldo apresentado no grupo não circulante refere-se a uma antecipação de recebíveis de uma contraparte, cuja venda de energia se realizará em 2023.

18. Provisão para demandas judiciais – A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa possui apenas processos com prognóstico de perda possível, de natureza cível, no montante de R$ 56.604. (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com a legislação vigente, as operações da Empresa estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de 5 e 10 anos, com referência aos tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) e exame dos recolhimentos de contribuições previdenciárias (INSS e FGTS), respectivamente. Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos podem ser questionadas, tornando os valores dos mesmos sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias. A Administração não espera passivos adicionais.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos – a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	**31/12/2020**
Resultado do exercício antes do IRPJ e da CSLL	**33.504**	**53.098**
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	**(11.391)**	**(18.053)**
Provisões de compras e vendas	1.311	1.733
Provisão de liquidação CCEE	(122)	–
Instrumentos financeiros – contratos futuros de energia	(1.923)	(18.023)
Bônus	4.175	–
Demais adições e exclusões, líquidas	(6.145)	9.261
Total	**(14.095)**	**(25.082)**
IRPJ e CSLL correntes	(16.200)	(2.517)
IRPJ e CSLL diferidos	2.105	(22.565)
Total	**(14.095)**	**(25.082)**
Alíquota efetiva	**42,07%**	**47,24%**

b) Composição do IR e CSLL diferido ativo/(passivo) sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias

	31/12/2021	**31/12/2020**
Instrumentos financeiros – contratos futuros	292.208	286.555
Provisão de receita	191.287	140.735
Provisão de compras	(177.090)	(124.007)
Provisão para perdas	(8.214)	(8.214)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(3.169)	(1.693)
Bônus	(12.279)	–
Outros	(2.165)	(6.606)
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	**280.578**	**286.770**
IRPJ	(70.145)	(71.693)
CSLL	(25.252)	(25.809)
Total IRPJ e CSLL diferidos	**(95.397)**	**(97.502)**

20. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$ 41.000, totalmente integralizado, representado por 41.000.000 quotas.

b) Distribuição de lucros: Em 2021 e 2020 foram distribuídos lucros aos sócios, conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade de quotas (un)	**Valor por quota (R$)**	**31/12/2021 Valor (R$ mil)**
Pagos/antecipados			
Dividendos pagos no exercício de 2021	41.000	2.008,29	82.340
Total de 01/01 a 31/12/2021			**82.340**

		Até 01 ano	**Até 02 anos**	**Até 03 anos**	**Acima de 03 anos**	**Total**
Valor justo contratos de energia		68.260	36.209	19.712	168.138	292.209

Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R$ 5.654 foi reconhecida na rubrica "Resultado do valor justo de contratos de energia" no resultado. **25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – Gerenciamento de riscos:** A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos. Isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada: ▪ Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela; ▪ Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em empresas de pequeno porte; ▪ Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições. Para mitigar esses riscos a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigi-

continua …

	Quantidade de quotas (un)	**Valor por quota (R$)**	**31/12/2020 Valor (R$ mil)**
Pagos/antecipados			
Dividendos pagos no exercício de 2020	41.000	1.358,54	55.700
Total de 01/01 a 31/12/2020			**55.700**

Para as distribuições acima a Empresa utilizou saldos da Reserva de Lucros a Realizar, respectivamente R$62.931 e R$ 27.684 em 2021 e 2020.

21. Receita operacional líquida	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Venda de energia elétrica	1.989.989	1.426.124
Serviços	1.189	592
Descontos sobre vendas – Retusd	(173)	(778)
Deduções sobre vendas	(12.174)	(38.076)
COFINS	(148.940)	(105.078)
PIS	(32.337)	(22.813)
ICMS	(19.697)	(10.067)
ISS	(93)	(27)
Total	**1.776.764**	**1.249.877**

22. Natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Classificação	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custos de aquisição e geração de energia	Custo de vendas/ serviços	(1.693.468)	(1.219.439)
Prestadores de serviços	Despesas administrativas e gerais	(2.051)	(6.875)
Gastos com folha de pagamento	Despesas administrativas e gerais	(34.476)	(5.089)
Honorários advocatícios	Despesas administrativas e gerais	(2.580)	–
Depreciação e amortização	Despesas administrativas e gerais	(1.181)	(1.709)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	Outras (despesas)/ receitas operacionais	(1.476)	(8.347)
Despesas com comissão de vendas	Despesas administrativas e gerais	(5.950)	(1.534)
Outras (despesas)/ receitas	Despesas administrativas e gerais/ Outras (despesas)/ receitas operacionais	(5.536)	(4.032)
Total		**(1.746.718)**	**(1.247.025)**
Classificadas como:			
Custos operacionais		(1.693.468)	(1.219.439)
Despesas gerais e administrativas		(51.607)	(28.461)
Outras (despesas)/ receitas operacionais		(1.643)	875
Total		**(1.746.718)**	**(1.247.025)**

23. Resultado financeiro	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.375	200
Variação monetária ativa	553	420
Juros ativos	169	116
Descontos obtidos	21	–
Total	**2.118**	**736**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(350)	(1.304)
Multa de mora	(21)	(574)
Variação monetária passiva	(6)	(40)
Juros passivos	(2.741)	(1.356)
Perdas com derivativos	–	(1)
Juros sobre arrendamento	(267)	(224)
Outras despesas financeiras	(929)	–
Total	**(4.314)**	**(3.499)**

24. Valor justo dos contratos de energia – A Empresa, opera na comercialização de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes fornecedoras e consumidoras de energia.

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ganho temporário – circulante	505.644	180.389
Ganho temporário – não circulante	332.446	222.009
Perda temporária – circulante	(437.494)	(100.872)
Perda temporária – não circulante	(108.387)	(14.971)
Resultado líquido	**292.209**	**286.555**
Resultado do valor justo de contratos de energia	5.654	53.009

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2021. A Empresa possui contratos futuros de energia com vencimentos até o exercício findo em 2035, sendo que as transações com a DCELT, representam aproximadamente 62% do resultado líquido do valor justo dos contratos de energia em 31 de dezembro de 2021, dado o longo prazo de fornecimento de energia desse contrato e, adicionalmente, as receitas anuais provenientes dessa mesma contraparte representam aproximadamente 2% do faturamento anual da Empresa em 31 de dezembro de 2021. E conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, a Empresa e a DCELT – Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. assinaram um termo de cessão e 6º aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica, onde a Empresa informa ter o interesse em ceder o contrato para a geradora de energia SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. a partir de 01 de janeiro de 2024. Esse termo de cessão fica condicionado a emissão, pela ANEEL, de anuência por meio de ato normativo publicado no Diário Oficial da União. O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão calculados a valor presente por uma da taxa média de desconto real no fluxo de 5,8% em 31 de dezembro de 2021, (5,27% em 31 de dezembro de 2020) e líquida dos impostos de PIS/COFINS (alíquota de 9,25%):

Publicidade Legal

… continuação **Focus Energia Ltda.**

bilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia e caução. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. A seguir a composição das garantias da Empresa:

	31/12/2021	31/12/2020
Fianças bancárias	28.841	19.285
Seguro garantia	10.088	63.509

Risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Acima de 03 anos	Total
Fornecedores	195.325	–	–	–	195.325
Empréstimos e financiamentos	8.109	11.766	1.101	5.045	26.021
Total	**203.434**	**11.766**	**1.101**	**5.045**	**221.346**

Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a empresa detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Empresa. A Empresa utiliza diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR *"Value at Risk"*, análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela Administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco. **Exposição energética em Mwh:**

	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
De dezembro/2021 à dezembro/2025	11.619	(11.398)	221
De janeiro/2026 à janeiro/2035	356	(2.682)	(2.327)
Total	**11.975**	**(14.080)**	**(2.105)**

Instrumentos financeiros por categoria: A seguir estão demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	29.428	29.428	21.811	21.811
Aplicações financeiras	12.737	12.737	5.075	5.075
Contas a receber	204.902	204.902	236.593	236.593
Partes relacionadas	–	–	7.240	7.240
Fornecedores	195.325	195.325	222.525	222.525
Empréstimos e financiamentos	26.021	26.021	31.318	31.318
Contas a pagar	85.645	85.645	2.509	2.509
Partes relacionadas	950	950	20.830	20.830

Valor justo (classificação)	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	–	838.090	–	–	402.398	–
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	–	(545.881)	–	–	(115.843)	–

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: ▪ **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; ▪ **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); ▪ **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **Análise de sensibilidade:** A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação do preço da energia e taxa de juros. **Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia:** O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da Empresa, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de preços considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços):

Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia em mercado ativo	Variação de preço	31/12/2021	Cenários projetados
	Elevação (VaR p95)	292.209	300.745
	Queda (VaR p05)	292.209	285.315

Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Empresa, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia. ▪ O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (α é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado. ▪ O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em (1-α) % dos cenários. A Empresa utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado; ▪ **P95 do VaR –** Nesse caso p95 do VaR indica a séria que representa a máxima perda das sérias geradas no caso de alta de preços; ▪ **P05 do VaR –** Nesse caso p05 do VaR indica a séria que representa a máxima perda das sérias geradas no caso de baixa de preço. **Análise de sensibilidade sobre as operações com taxa de juros:** A Empresa realizou uma análise com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis da taxa de juros: **(i) Cenário I:** baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2021 (CDI em 8,76% a.a.); **(ii) Cenário II**: redução/elevação dos índices em 25% e; **(iii) Cenário III**: redução/elevação dos índices em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Em 31 de dezembro de 2021:

Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	41.663	3.650	2.737	1.825	4.562	5.475
Empréstimos e financiamentos	CDI	26.021	2.279	1.710	1.140	2.849	3.419

26. Seguros – A Focus Energia Ltda., possui cobertura de seguros de garantia financeira, por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, as importâncias seguradas e limite máximo de cobertura são de R$ 177.225.

	31/12/2021	Fim da vigência
Seguro Execução Fiscal	**46.622**	
Tributos IRPJ & CSLL	10.644	20/08/2022
Tributos IRPJ & CSLL	35.978	25/09/2022
Fiança Locatícia	**1.080**	
Inadimplência Aluguel, Condomínio e demais obrigações	1.080	02/03/2026
Operações	**112.848**	
Garantia Setor Público	1.250	17/03/2022
Transporte Internacional	111.598	31/01/2022
Seguro Empresarial	**16.675**	
Seguro Empresarial	16.675	27/12/2022
Total	**177.225**	
	31/12/2020	**Vigência**
Seguro Contratos de Energia	**16.995**	
Garantia Compra Energia	3.444	31/12/2020
	13.551	31/01/2021
Seguro Execução Fiscal	**46.622**	
Tributos IRPJ & CSLL	10.644	20/08/2022
	35.978	25/09/2022
Fiança Locatícia	**1.080**	
Inadimplência Aluguel, Condomínio e demais obrigações	1.080	02/03/2026
Total	**64.697**	

27. Eventos subsequentes – A Focus Energia Holding S.A. ("Energia Holding"), controladora indireta da Empresa, realizou após 31 de dezembro de 2021 até o dia 25 de fevereiro de 2022, a emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, no valor total de R$ 657.775, sendo R$ 254.234 em janeiro e R$ 403.541 em fevereiro. Foi realizada a quitação do saldo de mútuo, de R$156, entre a Energia Holding e os acionistas; A Energia Holding, no dia 25 de fevereiro de 2022, divulgou através do Fato Relevante, o cronograma tentativo e demais procedimentos para a conclusão da combinação de negócios entre Focus e Eneva: **I. Resumo da estrutura da operação:** Nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Energia Holding pela Eneva II Participações S.A., Seguida pela Incorporação da Eneva II Participações S.A. pela Eneva S.A.", celebrado em 3 de janeiro de 2022 ("Protocolo") e conforme aprovado em assembleias gerais extraordinárias da Energia Holding e da Eneva realizadas em 4 de fevereiro de 2022, a Operação compreende, como operações interdependentes e vinculadas, as seguintes principais etapas: (i) Incorporação das empresas do grupo Energia Holding; (ii) Resgate de Ações Preferenciais da Energia Holding; (iii) Incorporação da Energia Holding; A efetivação da Operação permanece sujeita à verificação da implementação ou renúncia das condições suspensivas previstas no Protocolo, em data a ser fixada pelo Conselho de Administração da Eneva ("Data de Fechamento"). **II. Valor da Parcela Assegurada:** Mediante a consumação da Operação, os acionistas da Energia Holding farão jus ao recebimento, para cada ação ordinária de emissão da Energia Holding de que forem proprietários, em contrapartida ao resgate de cada uma das Novas Ações PN Holding, de um valor correspondente nesta data a R$ 8,1274582081. **III. Forma de Pagamento de Eventual Parcela Contingente:** O valor da parcela Contingente será devido e pago aos acionistas da Energia Holding nos termos do Protocolo, conforme procedimentos a serem divulgados oportunamente. **IV. Relação de troca final e Tratamento de Frações:** Mediante a consumação dos passos descritos acima, os acionistas receberão também, para cada ação ordinária de emissão da Energia Holding de que forem proprietários, 0,189616054 Novas Ações Eneva. Eventuais frações das Novas Ações da Eneva atribuídas aos acionistas da Holding no momento da Incorporação da Holding serão agrupadas em números inteiros, vendidas pela Eneva em bolsa, e os recursos líquidos da venda serão divididos, proporcionalmente, entre titulares das frações de novas ações ordinárias de emissão de Eneva. **V. Fechamento:** Sujeito à verificação das condições previstas no Protocolo, espera-se que o fechamento da Operação ocorra conforme o cronograma indicado a seguir: (i) 09 de março de 2022: fim do prazo exercício do direito de retirada pelos acionistas da Focus dissidentes da deliberação sobre a Incorporação da Focus na assembleia geral da Focus realizada em 04 de fevereiro de 2022. (ii) 11 de março de 2022: Pagamento do valor do reembolso aos acionistas da Focus dissidentes da deliberação sobre a Incorporação da Energia Holding. (iii) 11 de março de 2022: Realização das Reuniões do Conselho de Administração da Focus e da Eneva para, nos termos do Protocolo, declarar o cumprimento ou renúncia das condições precedentes e registrar que a consumação da Operação se dará após o encerramento do pregão do dia. (iv) 11 de março de 2022: encerramento da negociação das ações da Energia Holding na B3 e Data de Fechamento da Operação. Para os fins da Operação, serão considerados acionistas aqueles que forem titulares de ações da Focus no encerramento do pregão de 11 de março de 2022 ("Data Base"). A consumação da Operação ocorrerá nesta data, após o encerramento da negociação das ações da Focus na B3. (v) 14 de março de 2022, às 18h: data-limite para recebimento dos dados dos acionistas não residentes da Energia Holding na Data Base, a serem enviados pelos respectivos agentes de custódia, para fins do cálculo da retenção de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) pela Energia Holding. (vi) 14 de março de 2022: início da negociação das Novas Ações Eneva na B3. (vii) 16 de março de 2022: crédito efetivo das Novas Ações Eneva nas contas de custódia dos acionistas da Energia Holding. (viii) 21 de março de 2022: pagamento pela Holding (ou pela Eneva, na qualidade de sua sucessora) aos acionistas da Energia Holding do valor correspondente à Parcela Assegurada. **VI. Acionistas da Energia Holding com ações registradas diretamente no livro de ações nominativas escriturais:** Os procedimentos e as datas acima são exclusivos para os acionistas que, na Data Base, tenham suas ações da Energia Holding em custódia em um agente custodiante admitido na B3. **VII. Pagamento pela Energia Holding do valor correspondente à Parcela Assegurada e cálculo de retenção do imposto:** Em 21 de março de 2022, a Holding (ou a Eneva, na qualidade de sua sucessora) promoverá o pagamento aos acionistas da Energia Holding do valor da Parcela Assegurada. As Companhias ressaltam que, para efetivação do pagamento acima, a Energia Holding (ou a Eneva, na qualidade de sua sucessora) fará o cálculo para retenção de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) relativo ao eventual ganho de capital apurado pelos acionistas não residentes da Energia Holding, que será deduzido da Parcela Assegurada com base nas alíquotas e de acordo com informações detalhadas no Aviso aos Acionistas da Energia Holding divulgado nesta data. As Companhias reforçam que a Operação ainda se encontra sujeita a determinadas condições suspensivas e que, portanto, este cronograma é tentativo e poderá estar sujeito a modificações. As Companhias manterão seus acionistas e o mercado em geral informados, em conformidade com os termos da legislação e regulamentação aplicável.

Diretoria

Marcelo Campos Habibe **Lino Lopes Cançado** **Pedro Zinner** **Felipe Gomes dos Santos** – Contador CRC 1SP 292.650/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Sócios Quotistas e Administradores da
Focus Energia Ltda. – São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Focus Energia Ltda. ("Empresa")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais Notas Explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acimas referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Focus Energia Ltda.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, às demonstrações contábeis, chamamos a atenção para o fato que a Focus Energia Ltda. ter assinado um Aditivo contratual "Termo de Cessão e 6º Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia" com à contraparte DCELT – Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda., em 11 de outubro de 2021, que trata da cessão de um contrato relevante de suprimento de energia elétrica com a parte relacionada SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. a partir do exercício de 2024. Esse Aditivo somente terá seus efeitos suspensivos atendidos, após a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, consequentemente, poderá ocasionar impactos contábeis não mensurados até a presente data, na Empresa.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013.846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador
CRC 1SP 120.458/O-6

Moedas Globais: DXY recua, pressionado por força do euro em meio à postura do BCE

O DXY, que mede a variação do dólar ante seis moedas fortes, caiu nesta terça-feira, 24. A divisa norte-americana foi pressionada pelo avanço do euro, após dirigentes do Banco Central Europeu (BCE) reforçarem a percepção de que a entidade deve subir a taxa básica de juros em breve, sem descartar um aumento de meio ponto porcentual em alguns casos. Indicadores de economias europeias e dos EUA também foram acompanhados.

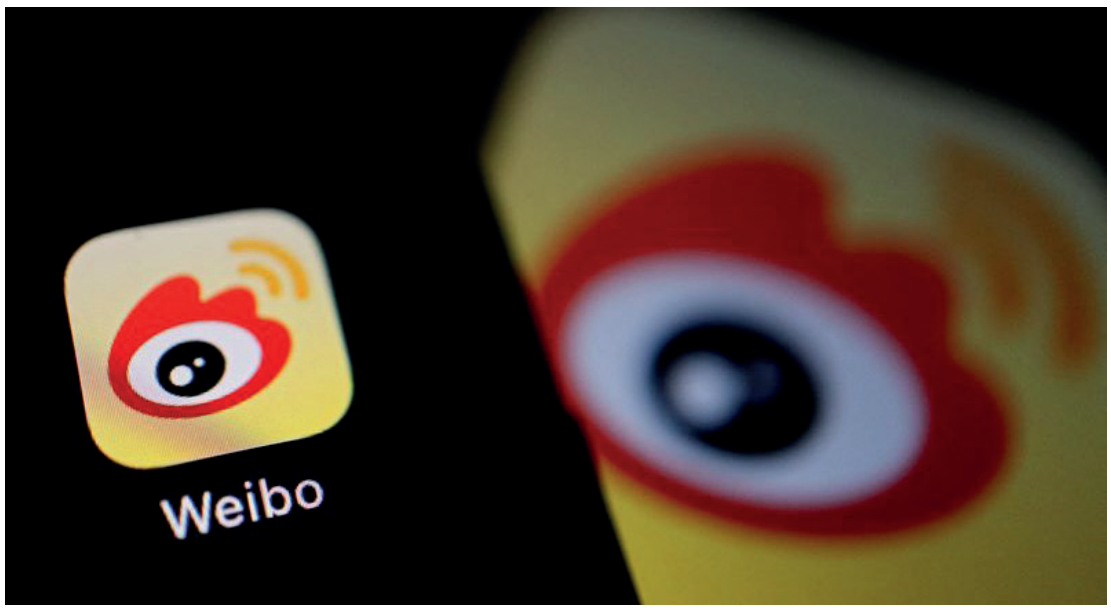
No fim da tarde em Nova York, o euro apreciava a US$ 1,0739, a libra tinha queda a US$ 1,2537 e o dólar cedia a 126,86 ienes. O índice DXY fechou em baixa de 0,21%, aos 101,857 pontos.

O euro teve nova sessão de ganhos ante a moeda americana, em meio a comentários de vários dirigentes do Banco Central Europeu (BCE), que indicaram que a primeira alta de juros em mais de uma década está no horizonte da autoridade monetária, com julho considerado o mês mais provável para o ajuste. "A presidente do BCE Christine Lagarde sinalizou esta semana que oito anos de taxas de juros negativas do BCE podem terminar no próximo trimestre, uma perspectiva mais agressiva que iluminou materialmente as perspectivas de curto prazo do euro", resume o Western Union.

Além de Lagarde, os presidentes dos BCs da Áustria, Robert Holzmann, e da Letônia, Martin Kazaks, também falaram sobre a política monetária na zona do euro, embora com posturas mais agressivas ao indicarem a possibilidade de aumento do juro em 50 pontos-base. Isto é Dinheiro

Negócios

Weibo bloqueia cofundador do Trip.com que questionou estratégia de Covid zero da China



O empresário chinês James Liang, que questionou a estratégia de Covid zero do país, foi proibido de postar no Weibo, acusado pela plataforma de mídia social de violação legal.

Liang é cofundador do Trip.com.

O Weibo, uma plataforma semelhante ao Twitter, não especificou quais regras Liang infringiu e não deixou claro quando a proibição entrou em vigor ou o que a desencadeou. Mas nesta terça-feira, os internautas notaram mudanças na conta de Liang, que tem 817 mil seguidores.

A conta pertencente a Liang agora exibe uma declaração dizendo que o usuário está atualmente bloqueado por "violar leis e regulamentos relevantes".

A Reuters não conseguiu entrar em contato com Liang por meio do Trip.com, que é dona das empresas de viagens Qunar e Skyscanner, e a companhia não comentou.

O Weibo não respondeu imediatamente a um pedido de comentário da Reuters.

Na semana passada, Liang escreveu um artigo no qual ele argumentava que políticas de prevenção de epidemias excessivamente cautelosas poderiam infligir maior dor à economia e à expectativa de vida das pessoas do que o próprio vírus. A postagem, feita na conta do WeChat do centro de estudos China e Globalização, foi posteriormente removida.

Em abril, Liang postou no Weibo um artigo que havia escrito discutindo a baixa taxa de mortalidade da variante Ômicron da Covid-19 e desafiando a necessidade de controles epidêmicos rigorosos na China.

Um artigo separado publicado por ele em abril no jornal China Enterprise News também alertava que medidas excessivas de prevenção da Covid-19 podem prejudicar a economia chinesa.

A estratégia para combater a Covid-19 não é o único problema que Liang mirou. Em seu último post no Weibo, em 29 de abril, o empresário publicou uma análise sobre o motivo de a China ter demorado tanto para revisar sua política de filho único, um tópico que ele já discutiu calorosamente nas mídias sociais e em entrevistas à imprensa.

Reuters

Trabalhadores de fábrica da Caoa Chery em SP rejeitam oferta ligada a demissões

Metalúrgicos de fábrica da Caoa Chery em Jacareí (SP) recusaram uma oferta de indenização aos funcionários que serão demitidos da unidade, devido aos planos da empresa de fechá-la para obras de atualização que vão durar até 2025.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, cerca de 200 trabalhadores promoveram um protesto de uma hora e meia na fábrica.

A Caoa Chery anunciou no início do mês que vai a interromper a produção de veículos na fábrica de Jacareí, sua principal instalação no país, para adaptar a unidade à produção de carros híbridos e elétricos.

Dos 600 funcionários da fábrica, a Caoa Chery pretende demitir cerca de 480 pessoas, segundo o sindicato. O anúncio dos planos da montadora ocorreu no último dia 5.

A proposta da empresa envolvia pagar de sete a 15 salários nominais aos demitidos, sem benefícios, afirmou a entidade.

A categoria reivindica cinco meses de suspensão de contratos de trabalho (layoff) mais três meses de estabilidade no emprego para quem não aderir ao plano de demissão. Para os que aderirem, os trabalhadores aprovaram proposta do Ministério Público do Trabalho (MPT) que prevê pagamento de 20 salários nominais e extensão por 18 meses de todos os benefícios.

A fábrica está parada desde o final de março.

Reuters

Grupo da Anatel quer montar projeto-piloto de internet nas escolas no 2º semestre

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) planeja encaminhar no segundo semestre do ano a execução do projeto-piloto de promoção de conectividade nas escolas públicas, programa que será bancado com parte dos recursos arrecadados no leilão do 5G. No total, o certame realizado em novembro do ano passado reservou R$ 3,1 bilhões para serem aplicados nesse segmento. A previsão atual é que eles possam conectar cerca de 15 mil escolas.

A iniciativa é coordenada pelo Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape), que é presidido por Vicente Aquino, conselheiro da Anatel.

Aquino afirmou que o plano é de ter o projeto-piloto desenhado em cerca de 30 ou 40 dias, para ser levado ao Conselho da agência, e apresentado em agosto para a Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (EACE), responsável pela execução.

Ainda não há definição de quais escolas serão atendidas no piloto, ou sobre o montante de recursos que serão direcionados nesse momento, mas, segundo o conselheiro, o número de localidades pode ficar entre 10 e 20 escolas, podendo ser mais.

Essa primeira etapa funcionará como um teste para, dando certo, replicar no restante das escolas. Segundo Aquino, a ideia é que a velocidade inicial de internet a ser contratada e ofertada nas escolas seja de 50 megabytes, podendo ser de até 200 megabytes em instituições com mais de 500 matriculados.

Além da própria conexão, o grupo quer também que seja oferecida às instituições de ensino uma infraestrutura completa, a fim de que os alunos possam usufruir da internet, instalando, por exemplo, laboratórios com computadores.

A obrigação para implantação do programa de conectividade nas escolas foi assumida pelas empresas que arremataram faixas de 26 GHz no leilão do 5G, como a Claro, Vivo, TIM e a Algar Telecom.

Reuters